



<b>EDITAL DE LICITAÇÃO</b> <b>PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026</b> <b>TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM</b> <b>Processo Administrativo nº 020/2026</b> A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se, de forma complementar, a Lei Complementar Federal nº 123/2006, os Decretos Municipais nº 070, 072, 073, 074 e 075/2023, nº 016/2024, 016/2026 e demais normas correlatas pertinentes à matéria.	
Tipo:	<b>MENOR PREÇO POR ITEM</b>
Objeto:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
Modo de Disputa:	<b>ABERTO</b>
<b>SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES</b>	
Dia:	<b>09/06/2026</b>
Hora:	<b>XX:00 horas (Horário de Brasília – DF)</b>
Local:	<a href="http://Www.licitanet.com.br">Www.licitanet.com.br</a>
<b>LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL</b>	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários:	Das 07:00 às 13:00 – Horário local.
LOCAL:	O edital poderá ser adquirido pelo portal transparência do Município através do link <a href="https://www.santoantoniiodoleste.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/">https://www.santoantoniiodoleste.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/</a> ou <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> .



## SUMÁRIO

PUBLICIDADE .....	1	
PLATAFORMA ELETRÔNICA .....	2	
DATA E HORÁRIO .....	3	
AGENTE DE CONTRAÇÃO .....	4	
OBJETO .....	5	
REGISTRO DE PREÇOS.....	6	
CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	7	
CONSÓRCIO.....	8	
IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS .....	9	
CREDENCIAMENTO .....	10	
CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.....	11	
CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	142	
ABERTURA DA SESSAO.....	13	
FORMULAÇÃO DE LANCES .....	14	
DESCONEXÃO	DO(A)	PREGO-
EIRO(A).....	165	
BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO		
PORTE.....	166	
EMPATE		
FICTO.....	187	
EMPATE		
REAL.....	198	
CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.....	19	
NEGOCIAÇÃO .....	20	
DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA .....	21	
AMOSTRA .....	22	
PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.....	23	
ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.....	24	
HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR.....	25	
HABILITAÇÃO JURIDICA.....	26	
HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA .....	297	
DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	318	



DOCUMENTOS RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	319
OUTROS DOCUMENTOS .....	30
ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA .....	31
RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S).....	32
REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	33
ADJUDICAÇÃO .....	34
ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO .....	35
CONTRATAÇÃO .....	36
OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	37
<i>OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....</i>	<b>Erro! Indicador não definido.8</b>
ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO .....	39
LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO .....	40
REAJUSTE (Art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).....	41
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	42
PROTEÇÃO DOS DADOS.....	43
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS .....	44
DISPOSIÇÕES FINAIS .....	45
FORO .....	46
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA .....	
ANEXO IV - MODELO REQUERIMENTO TRATAMENTO DIFERENCIADO.....	
ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO.....	

## 1 – PUBLICIDADE

**1.1.** A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos Art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e decreto municipal 016/2026.

**1.2.** O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e portal transparência deste Município.



**1.3.** A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio internet da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT, disponível no endereço eletrônico: <https://www.santoantoniодоleste.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/>

## **2 - PLATAFORMA ELETRÔNICA**

**2.1.** O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

## **3 - DATA E HORÁRIO**

**3.1.** A (s) proposta (s) de preços e os documentos de habilitação deverão ser cadastrados na plataforma Licitanet até às **xxh00min** (horário oficial de Brasília/DF) do dia **09/06/2026**, quando se dará a abertura da sessão pública.

**3.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

## **4 - AGENTE DE CONTRAÇÃO**

**4.1.** Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pelo servidor **Weverton Ancelmo Pereira de Sousa**, designado Agente de Contratação (Art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021) por intermédio da Portaria nº 506, 14 de julho de 2025, e que nesta licitação será denominado (a) PREGOEIRO (A) (Art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**4.2.** O (A) Pregoeiro (a) será auxiliada por equipe de apoio (Art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) designada pela Portaria nº 506, 14 de julho de 2025, e responderá individualmente pelos atos que praticar.

**4.3.** Em caso de impedimento na condução do certame licitatório, o(a) Pregoeiro(a) será substituído automaticamente por outro(a) Agente de Contratação designado(a) nomeado através de Portaria.

## **5 - OBJETO**



**5.1.** A presente licitação, por item, tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

**5.2.** Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

**5.2.1.** Anexo I - Termo de Referência;

**5.2.2.** Anexo II – Modelo de Declarações;

**5.2.3.** Anexo III – Modelo de Proposta;

**5.2.4.** Anexo IV – Modelo Tratamento Diferenciado

**5.2.5.** Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços.

**5.2.6.** Anexo VI – Minuta do Contrato

## **6 - REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** A vigência da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo V) será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, limitada a 24 (vinte e quatro) meses.

**6.2.** Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto no item “41 - REAJUSTE”.

**6.3.** Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores às previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.

**6.4.** Poderá haver ADESAO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (Art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**6.5.** O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**6.6.** É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP, nos termos fixados no Art. 82, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



- 6.7.** Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da ARP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 6.8.** A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 6.9.** Não poderá haver acréscimo(s) no(s) quantitativo(s) registrado(s) na ARP.
- 6.10.** Caberá à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT o gerenciamento e controle da ARP no seu próprio interesse, como também a formalização, gestão e fiscalização de suas próprias contratações, observadas as atribuições e competências indicadas na Minuta da ARP (Anexo V).
- 6.11.** O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas nas “SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.

## **7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 7.1.** Para participar deste pregão eletrônico, a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:
- 7.1.1.** Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- 7.1.2.** Ser credenciada junto à plataforma Licitanet, por intermédio do sítio eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- 7.1.3.** Enviar em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações virtuais de que:
- 7.1.3.1.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (Art. 63, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 7.1.3.2.** Atende aos requisitos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; (Art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 7.1.3.3.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas; (Art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 7.1.3.4.** Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 7.2.** A declaração falsa sujeitará a licitante ao enquadramento na infração prevista no Art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



**7.3.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Município de Santo Antônio do Leste por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

**7.4.** Não poderão participar deste pregão eletrônico:

**7.4.1.** Pessoas físicas;

**7.4.2.** Licitante suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**7.4.3.** Licitante declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**7.4.4.** Licitante impedido de licitar e contratar com a União e Estado, durante o prazo da sanção aplicada;

**7.4.5.** Agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; (Art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**7.4.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; (Art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**7.4.7.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; (Art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**7.4.8.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**7.4.9.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; (Art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)





**7.4.10.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (Art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**7.4.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**7.4.12.** Aqueles que se enquadrem nas demais vedações do Art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**7.4.13.** Não poderão participar do presente certame empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:

**7.4.14.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?Ordenarpor=nome&direcao=asc>)

**7.4.15.** Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?P=INABILITADO:INIDONEOS>)

**7.4.16.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) ;

**7.5.** A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual a plataforma Licitanet permite a identificação dos participantes do certame licitatório.

**7.6.** Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no SICAF, bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

**7.7.** Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

## **8 – CONSÓRCIO**

**8.1.** Nos termos do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

**8.2.1.** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;





**8.2.2.** Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a administração;

**8.2.3.** Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**8.2.4.** Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**8.2.5.** Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**8.3.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no Art. 15, i, da lei federal nº 14.133, de 2021. (Art. 15, § 3º, da lei federal nº 14.133, de 2021).

**8.4.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela prefeitura municipal de Santo Antônio do Leste - MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. (Art. 15, § 5º, da lei federal nº 14.133, de 2021).

## **9 - IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

**9.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (Art. 164, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**9.2.** As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

**9.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame licitatório.

**9.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT e na plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>). (Art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**9.5.** Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (Art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



**9.6.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

**9.7.** Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados. (Súmula nº 473 do STF e Art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **10 – CREDENCIAMENTO**

**10.1.** As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

**10.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de *Home Broker*<sup>1</sup>, o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**10.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso à plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**10.4.** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.

**10.5.** O custo de operacionalização pelo uso da plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

**10.6.** Valor dos planos para todas as empresas:

<b>30 dias</b>	<b>90 dias</b>	<b>180 dias</b>	<b>365 dias</b>	<b>Plano Avulso</b>
R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00	R\$ 98,00

<sup>1</sup> *Home Broker* é um sistema que permite a negociação por meio da Internet de uma forma simples e rápida



**10.7.** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a Licitanet, ou canceladas por solicitação do licitante.

**10.8.** A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao “Atendimento On-Line” (*Chat*) da plataforma Licitanet, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

**10.9.** É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet e à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**10.10.** O cadastramento do licitante junto a plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**10.11.** As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: (34) 2512-6500 / (34) 99807-6633<sup>2</sup> ou pelo e-mail [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).

**10.12.** As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**10.13.** A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

**10.14.** A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no Art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.15.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**10.16.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 11 - CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

---

<sup>2</sup> Atendimento também por WhatsApp®



**11.1.** O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “10 - CREDENCIAMENTO” deste Edital. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de **HABILITAÇÃO** exigidos no edital, proposta com a **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO, conforme modelo do Anexo III**, incluindo, **o preço total do ITEM e o valor individual dos itens, MARCA/REFRÊNCIA (quando for o caso)**, até o horário limite de início da Sessão Pública, **ou seja, até às 09h00min do dia 09 de junho de 2026 (horário de Brasília)**.

**11.2.** A proposta de preços com o(s) preço(s) unitário(s) para o(s) item(ns) de interesse, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “2 - DATA E HORÁRIO”.

**11.3.** O registro de proposta comercial eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

**11.3.1.** Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

**11.3.2.** Garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública;

**11.3.3.** Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);

**11.3.4.** Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;

**11.3.5.** Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;

**11.3.6.** Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

**11.4.** As propostas registradas no “Sistema” **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.

**11.5.** Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



**11.6.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o intervalo de que trata o item anterior.

**11.7.** O (preço final mínimo) poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser (superior - se preço/inferior - se desconto) a lance já registrado por ela no sistema.

**11.8.** O (preço final mínimo parametrizado pela licitante possui caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno e externo.

**11.9.** As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**11.10.** Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**11.11.** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.

**11.12.** A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de (materiais/equipamentos/produtos/serviços) com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**11.13.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

**11.14.** Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 8.078, de 1990.

**11.15.** Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.

**11.16.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.

**11.17.** Os preços ofertados poderão ser reajustados, observado o disposto no “REAJUSTE” deste Edital. (Art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**11.18.** Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.



**11.19.** Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, conseqüentemente, desclassificação da proposta.

## **12 - CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**12.1.** O cadastramento dos documentos de habilitação somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “10 - CREDENCIAMENTO” deste Edital.

**12.2.** Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**12.3.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão acrescentar ou substituir a documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**12.4.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a), e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

## **13 - ABERTURA DA SESSÃO**

**13.1.** A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo(a) **Pregoeiro(a)**, ocorrerá na data e horário previstos no item “3 - DATA E HORÁRIO” deste Edital, no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

**13.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

**13.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

## **14 - FORMULAÇÃO DE LANCES**

**14.1.** Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, *on-line*, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**14.2.** A critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser aberto mais de um item simultaneamente.

**14.3.** Os lances serão ofertados pelo (valor unitário de cada item de interesse).

**14.4.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.





**14.5.** A licitante somente poderá oferecer lance (inferior - se preço/superior - se desconto) ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou (superior - se preço/inferior - se desconto) à melhor oferta registrada. (Art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**14.6.** Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexequível, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema.

**14.7.** Como medida excepcional, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**14.8.** O procedimento seguirá o modo de disputa **ABERTO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**14.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**14.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**14.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**14.12.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**14.13.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**14.14.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

**14.15.** Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.





**14.16.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem (crescente - se preço/decrescente - se desconto) de valores.

**14.17.** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

## **15 - DESCONEXÃO DO (A) PREGOEIRO (A)**

**15.1.** No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**15.2.** Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

## **16 - BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**16.1.** As Microempresas ou as Empresas de Pequeno Porte que desejarem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com a habilitação:

**16.1.1. REQUERIMENTO**, assinado por representante/sócio da empresa, solicitando valer-se do tratamento diferenciado concedido à microempresa e empresa de pequeno porte pela LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, podendo utilizar o modelo constante do Anexo VIII deste edital, devendo apresentar também:

### **16.1.2. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL:**

- I - Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
- II - Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006;
- III - Certidão da Junta Comercial Atualizada.

### **16.1.3. Quando não optante pelo SIMPLES NACIONAL:**

- I - Demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/2006;



II - Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Art. 3º da LC 123/2006;

III - Certidão da Junta Comercial Atualizada.

**16.2.** Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas do(a) Pregoeiro(a) e do fornecedor e encaminhada em mensagem por meio de *chat*.

**16.3.** Quanto aos ITENS, na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às MEI's, ME's e EPP's, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte e haja proposta apresentada por MEI/ME/EPP de valor até 5% (cinco por cento) superior ao da melhor proposta, oportunidade em que a plataforma Licitanet, automaticamente, procederá da seguinte forma:

**16.3.1.** A MEI/ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências deste Edital e seus Anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame;

**16.3.2.** Não sendo registrado um novo lance pela MEI/ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (cinco) minutos;

**16.3.3.** Havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiramente;

**16.3.4.** O sistema encaminhará mensagem automática, por meio do “chat”, convocando a MEI/ME/EPP mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decadência do direito concedido;

**16.3.5.** Na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de tratamento diferenciado, será mantida a ordem classificatória do certame.

**16.3.6.** Realizada esta etapa, e não havendo menor proposta por parte do ME e EPP sediadas local ou regionalmente, será aberta a possibilidade de que outras ME e EPP possam oferecer proposta inferior à melhor proposta, desde que seja até 5% maior (empate ficto).

**16.4.** Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às MEI's/ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, à



luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, conforme as seguintes regras:

**16.4.1.** Em se tratando de MEI/ME/EPP com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação;

**16.4.2.** Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;

**16.4.3.** A não regularização da documentação fiscal, social ou trabalhista, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos;

**16.4.4.** No caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## **17 - EMPATE FICTO**

**17.1.** Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o Art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o Art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**17.2.** Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que se encontrem no intervalo estabelecido no Art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**17.3.** Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do Art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, na ordem de classificação.

**17.4.** Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.



**17.5.** Em conformidade com o **Decreto Municipal nº 016/2026**, será assegurada margem de preferência de **10% (dez por cento)** para empresas sediadas local ou regionalmente, conforme definido no programa **COMPRA SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, sobre o preço das empresas não beneficiárias.

## **18 - EMPATE REAL**

**18.1.** Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e Decreto Municipal 016/2026, serão utilizados os critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 016/2026, naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

**18.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos produtos produzidos por:

- a)** Empresas brasileiras;
- b)** Empresas estabelecidas no território de Mato Grosso;
- c)** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº12.187, de 2009.

## **19 - CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

**19.1.** Encerrada a etapa de lances, se necessário o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 02 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de (menor preço unitário/total por item/lote - maior percentual de desconto) e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do (preço/desconto) em relação ao (máximo - se preço/mínimo - se desconto) para a contratação, conforme definido neste edital.

## **20- NEGOCIAÇÃO**

**20.1.** Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

**20.2.** Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes. (Art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**20.3.** No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico,



respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**20.4.** Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes. (Art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **21 - DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA**

**21.1.** Será desclassificada a proposta, que (Art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis;
- d) Com preço superior ao estimado para a contratação;
- e) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- f) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**21.2.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**21.3.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).

**21.4.** É considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**21.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) Levantamento de informações no ministério do trabalho e previdência e consultas às secretarias de fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;



- d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Estudos setoriais;
- j) Análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para o fornecimento dos produtos; e
- k) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**21.6.** A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**21.7.** A inexequibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **22 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E/OU LAUDO TÉCNICO**

**22.1.** A critério da equipe técnica do Pregão e quando previsto no Termo de Referência, o licitante detentor da melhor proposta poderá ser convocado para apresentar laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) em relação ao item cuja marca/modelo não seja conhecida pela área técnica da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, ou que em momento pretérito apresentou problema de funcionamento ou desempenho, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes do Termo de Referência e, consequente, aceitação da proposta.

**22.2.** O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão estar devidamente identificados com o nome do licitante e o número desta licitação e ser encaminhados ao local ao servidor responsável indicado pelo(a) Pregoeiro(a) no *chat* disponibilizado na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

**22.3.** O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s)/protótipo(s) deverão ser entregues, e, se for o caso, montados/instalados, impreterivelmente no prazo definido no Termo de Referência, caso exista, que será contado do recebimento da notificação via *chat* na sessão do Pregão/Fase de Aceitação, feita por intermédio da Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.





**22.4.** Na hipótese de apresentação de amostras/protótipos, a sessão será suspensa e retomada somente após a análise acerca da aceitação do produto/material a que se refere, exarando-se a decisão no campo próprio do sistema eletrônico da Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> e comunicando-a via *chat*.

**22.5.** Não será aceita a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra ou que não apresentá-la no prazo estabelecido.

**22.6.** As amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto/material ofertado, a qual deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item. De igual modo, amostra (s) /protótipo (s) deverão estar identificados preferencialmente com etiquetas autocolantes, nas quais constará o nome da licitante, onúmero da licitação e o número do item a que se referem.

**22.7.** As amostras serão submetidas à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam.

**22.8.** Quando um licitante for o vencedor em relação a vários itens, o (a) Pregoeiro (a) poderá optar por solicitar amostra/protótipo de somente alguns desses itens, a depender da disponibilidade de espaço físico para a guarda dos materiais e a possibilidade de gerar-se ônusexcessivo ao participante no que se refere aos custos com transporte, sendo que o resultado daanálise servirá de parâmetro para a decisão acerca da aceitação dos demais itens.

**22.9.** Amostra (s) /protótipo (s) ficarão sob a guarda da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT até a homologação do Pregão. Após a homologação, os mesmos deverão ser retirados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos. Findo o prazo aludido, a Administração providenciará o descarte das amostras.

**22.10.** A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado pelo (a) Pregoeiro (a) ou a sua reprovação pela área técnica da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT acarretará a desclassificação do licitante.

**22.11.** A não observância de quaisquer das disposições contidas nos itens 22.2 e 22.3 poderá ensejar a não aceitação da proposta, ocasião em que se procederá na forma do item “21 - **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**”.

**22.12.** Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de laudo (s) técnico (s) e/ou de amostra (s) /protótipo (s)".





**22.13.** Poderá ser solicitado o envio de informações técnicas, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a) no chat do sistema eletrônico na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, através da opção “Enviar Anexo” do referido sistema.

**22.14.** A ausência de manifestação por parte do licitante poderá, a critério do(a) Pregoeiro(a), acarretar a recusa da proposta ou, ainda, a inabilitação do licitante, conforme o caso, ocasião em que se procederá na forma do item “21 - DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA”.

**22.15.** A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Edital.

**22.16.** O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ões) será(ão) divulgado(s) por meio de mensagem no sistema.

### **23 - PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

**23.1.** Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

**23.2.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

**23.3.** No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (Art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**23.4.** Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

**23.5.** A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 02 (duas) horas, contado de sua solicitação.

**23.6.** O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

**I.** Solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

**II.** De ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.



**23.7.** A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- I.** Não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- II.** Fazer menção ao número deste edital, conter a razão social do licitante, seu cnpj, dados bancários e endereço completo;
- III.** A falta do cnpj e (ou) endereço completo poderá ser preenchido pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- IV.** Conter cotação de preço unitário e total para o item ofertado, em moeda corrente nacional (real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme modelo de proposta previsto no anexo do termo de referência - anexo i deste edital;
- V.** Os custos relacionados ao fornecimento do objeto deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
- VI.** (os preços unitários/totais máximos/percentual de desconto mínimo) para (os itens/lotetes) são os constantes do termo de referência - anexo i deste edital;
- VII.** Conter a marca/modelo;
- VIII.** Será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o Art. 42 da lei federal nº 14.133, de 2021.
- IX.** Indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

**23.8.** A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega. (Art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **24 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**24.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**24.2.** A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.



**24.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**24.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**24.5.** O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**24.6.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

**24.7.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, ou outro que a pregoeira achar necessário, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio, nos prazos indicados pelo Pregoeiro, o não atendimento pode resultar a não aceitação da proposta.

**24.8.** O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

**24.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

**24.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**24.11.** O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**24.12.** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**24.13.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**24.14.** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data



e horário para a continuidade da mesma.

**24.15.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

## **25 - HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

**25.1.** Ressalvado o disposto no item 25.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal, Social, Trabalhista, Econômico-Financeira e Técnica;
- c) Outros Documentos.

**25.2.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro concederá o prazo de 02 (duas) horas para que a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) anexem os documentos de habilitação exigidos nesta seção.

**25.3.** A documentação de habilitação poderá ser:

- a) Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração (Art. 70, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e
- b) Substituída por registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (Art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa nº 3, de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

**25.4.** O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**25.5.** Os licitantes poderão deixar de apresentar, total ou parcialmente, os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (Art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa nº 3, de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

**25.6.** Os licitantes que optarem por utilizar um dos cadastros indicados no item anterior deverão apresentar o certificado cadastral respectivo, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**25.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no registro cadastral unificado do PNCP ou do SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**25.8.** As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**25.9.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**25.10.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**25.11.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

**25.12.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP<sup>3</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS<sup>4</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa<sup>5</sup>, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos<sup>6</sup>, mantido pelo Tribunal de Contas da União;

**25.13.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**25.14.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;



- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**25.15.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**25.16.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**25.17.** Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.

**25.18.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**25.19.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**25.20.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**25.21.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.22.** Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

**25.23.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a)





suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

**25.24.** Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

**25.25.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

## **26 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**26.1.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro concederá o prazo de 02 (duas) horas para que a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) anexem os documentos de habilitação exigidos nesta seção.

**26.2.** A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- e) No caso de ser a participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

**26.3.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **27 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**





**27.1.** As habilitações fiscal, social, trabalhista, Econômico-Financeira e Técnica serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional);
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- i) A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- j) O cumprimento do disposto no Art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal de 1988.

**27.2.** Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

**27.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser pror-



rogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**27.4.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

## **28 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**28.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**28.2.** Caso a Certidão seja Positiva de Recuperação, deverá a empresa apresentar a comprovação que seu Plano de Recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

**Atenção:** Senhores licitantes, ao solicitar as Certidões de Falência, perante o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, devem ser selecionadas as opções **AUTOR e RÉU**, para o cumprimento do Art. 69, II da Lei nº 14.133/2021. Para os licitantes dos demais estados, caso não contenha os termos acima, deverão certificar que as certidões expedidas em suas comarcas atestam a inexistência de ações de Falência e Concordata movidas ou em desfavor da empresa solicitante. Podendo o Agente de Contratação realizar diligência a fim de verificar o atendimento da Lei Federal nº 14.133/2021, em vistas do Art. 97 da Lei nº 11.101/05.

## **29 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**29.1.** Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido, satisfatoriamente, objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o da presente licitação;

**29.1.2.** O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

**29.1.3.** O município de Santo Antônio do Leste do Estado de Mato Grosso poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº



14.133/2021.

**29.1.4.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**29.1.5.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato/Ata, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**29.1.6.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**29.1.7.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

**29.1.8.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, Art. 107;

**29.1.9.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato/Ata; e

**29.1.10.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**A.** Ata de fundação;

**B.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**a)** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**b)** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

**c)** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato/ata em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

**d)** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**29.1.11.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o Art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **30 - OUTROS DOCUMENTOS**

**30.1.** Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo constante no **Anexo II**, de que:

**a)** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;



- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- e) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no Art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (Art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**30.2.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**30.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no Art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **31 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**31.1.** A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, se a assinatura não for digital;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- c) Conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da ata de registro de preços, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.



**31.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

**31.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

**31.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos (Art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**31.5.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**31.6.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **32 - RECURSO (S) ADMINISTRATIVO (S)**

**32.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**32.2.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER, com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**32.3.** A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente começará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens do objeto da licitação.

**32.4.** Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**32.5.** O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame licitatório, não sendo meioadequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.

**32.6.** Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

**32.7.** Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:

- a) Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b) Seja intempestiva;
- c) Não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) pregoeiro(a) no certame; e/ou
- d) Seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

**32.8.** A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**32.9.** Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

**32.10.** Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria Plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

**32.11.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail **licitacao@santoantoniодоeste.mt.gov.br** ou, nos dias úteis no horário das 07:00 às 13:00 horas,

**32.12.** A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (Art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988).





**32.13.** Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecido, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e Art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**32.14.** Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

**32.15.** Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no Art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**32.16.** Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro (a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

**32.17.** Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:

**32.17.1.** Reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou

**32.17.2.** Manter inalterada a decisão recorrida.

**32.18.** Qualquer que seja a decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (Art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:

**32.18.1.** Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a); OU

**32.18.2.** Determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

**32.19.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (Art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**32.20.** Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no Art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **33 - REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**33.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:





**33.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

**33.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**33.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**33.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

#### **34 – ADJUDICAÇÃO**

**34.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a) e, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão do(s) recurso(s) apresentado(s).

#### **35 - ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**35.1.** Nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**35.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. (Art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**35.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado. (Art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**35.4.** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados. (Art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



## **36 – CONTRATAÇÃO**

**36.1.** Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa contratada, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.

**36.2.** Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula “42 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.

**36.3.** A nota de empenho conterá todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, bem como eventuais sanções aplicáveis nos casos de inadimplemento contratual, e servirá como instrumento de contrato, conforme disposto no Art. 95, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**36.4.** Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, Art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo IV da referida IN.

**36.5.** A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da nota de empenho à contratada, devendo o contrato dar o aceite em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no Art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**36.6.** No momento do recebimento da nota de empenho, por meio de correio eletrônico, a contratada deverá indicar responsável, informando os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, mantendo tais dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.

**36.7.** Na hipótese de a licitante vencedora não aceitar a nota de empenho, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis (Art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**36.8.** Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá (Art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à



obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;

- b) Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**36.9.** A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei (Art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**36.10.** Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido (Art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**36.11.** Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital (Art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **37 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**37.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor (es) ou fiscal (is) formalmente designado (s), verificando se os produtos fornecidos estão em conformidade com as especificações, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta da contratada.

**37.2.** Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto aos locais de entrega, forma de recebimento, horários, responsáveis pelo recebimento e demais orientações operacionais pertinentes ao fornecimento dos gêneros alimentícios.

**37.3.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratada, desde que relacionados à execução do objeto e necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

**37.4.** Comunicar por escrito à contratada quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos produtos, solicitando a substituição, correção ou regularização dos itens entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

**37.5.** Receber os produtos entregues pela contratada, por meio de conferência quantitativa e qualitativa, observando as condições de acondicionamento, integridade, validade, qualidade e adequação ao uso administrativo, recusando, no todo ou em parte, aqueles que não estiverem em conformidade com as exigências da contratação.

**37.6.** Efetuar o pagamento à contratada nas condições, prazos e preços pactuados neste Termo de Referência, desde que os produtos tenham sido regularmente entregues, aceitos pela fiscalização e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada.

**37.7.** Acompanhar os prazos de entrega e exigir da contratada a adoção das providências necessárias



para regularização de atrasos, falhas ou desconformidades no fornecimento, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência.

**37.8.** Comunicar formalmente à contratada o não recebimento, total ou parcial, dos produtos, apontando as razões da recusa, quando constatada inadequação às especificações, defeitos, irregularidades, prazo de validade insuficiente, problemas de acondicionamento ou qualquer outra desconformidade com os termos da contratação.

**37.9.** Proporcionar as condições administrativas necessárias para que a contratada possa cumprir suas obrigações, especialmente no que se refere ao recebimento dos produtos, emissão das ordens de fornecimento e disponibilização das informações indispensáveis à execução do objeto.

**37.10.** Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, nas hipóteses de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

**37.11.** Verificar, quando da liquidação da despesa e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e social da contratada, nos termos da legislação aplicável.

**37.12.** Controlar as requisições emitidas, os quantitativos consumidos, os saldos da Ata de Registro de Preços e as contratações dela decorrentes, com a finalidade de assegurar regularidade no abastecimento das Secretarias Municipais e adequada gestão da contratação.

**37.13.** Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público durante toda a execução da contratação.

## **38. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**38.1.** Fornecer os gêneros alimentícios conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta de preços apresentada e na Ata de Registro de Preços, observando rigorosamente os padrões de qualidade, unidades de fornecimento, quantitativos solicitados e prazos estabelecidos pela Administração.

**38.2.** Realizar a entrega dos produtos nos prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência e na respectiva ordem de fornecimento, acompanhados da correspondente Nota Fiscal/Fatura, na qual deverão constar as indicações referentes aos produtos entregues, inclusive, quando cabível, marca, unidade, lote, validade e demais informações pertinentes.

**38.3.** Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, conservação e adequação dos produtos fornecidos, garantindo que os itens entregues estejam em perfeitas condições de consumo e em conformidade



com as exigências legais, sanitárias e contratuais.

**38.4.** Providenciar a imediata correção, substituição ou regularização de deficiências, falhas, irregularidades ou desconformidades constatadas pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, referentes aos produtos entregues ou às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**38.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber.

**38.6.** Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas ou na iminência de vencimento.

**38.7.** Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, atraso, irregularidades, falhas no fornecimento, entrega de produtos inadequados ou quaisquer outras ocorrências imputáveis à contratada.

**38.8.** Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos produtos, inclusive despesas com embalagem, transporte, carga, descarga, frete, seguro, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas correlatas, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**38.9.** Comunicar à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do conhecimento do fato, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, com a devida comprovação, para apreciação da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**38.10.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, fornecimentos ou documentos relacionados ao objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**38.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, sobre os produtos fornecidos, a execução do objeto, eventuais ocorrências e quaisquer atos ou fatos que a envolvam, independentemente de solicitação formal prévia.

**38.12.** Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível, sem rasuras e em conformidade com os produtos efetivamente entregues, contendo todas as informações exigidas pela legislação aplicável e pela Administração.

**38.13.** Apresentar, para fins de pagamento e sempre que solicitado, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e social, especialmente:

- Certidão de regularidade perante a Receita Federal;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;



- Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certificado de Regularidade do FGTS.

**38.14.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, atendendo a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no edital e na proposta apresentada, bem como pelas determinações da fiscalização da Administração.

**38.15.** Entregar os produtos com observância rigorosa das condições de acondicionamento, conservação e transporte adequadas à natureza de cada item, especialmente no caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, garantindo que cheguem em condições próprias para consumo e uso pela Administração.

**38.16.** Substituir, às suas expensas, os produtos recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações, vícios, avarias, validade insuficiente, deterioração, contaminação, embalagem inadequada ou qualquer outra irregularidade, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

**38.17.** Manter, durante toda a vigência da contratação e da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

**38.18.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração, quando cabível.

**38.19.** Observar integralmente a legislação sanitária, comercial, ambiental, trabalhista, tributária e demais normas aplicáveis ao objeto contratado.

**38.20.** Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos até os locais indicados pela Administração, garantindo que o fornecimento ocorra de forma regular, segura e eficiente, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.

## **39. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**39.1.** O objeto será fornecido de forma parcelada e sucessiva, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de ordem de fornecimento, autorização de compra ou documento equivalente expedido pela Administração.

A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às requisições emitidas pela Administração, inclusive quanto à logística de transporte, carga, descarga e entrega dos produtos, responsabilizando-se integralmente por tais atividades e pelos respectivos custos.





**39.2.** Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, observados os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, autorização de compra ou documento equivalente:

- a) Para os itens perecíveis, especialmente hortifrutigranjeiros, carnes, frios, produtos resfriados, congelados e demais gêneros com maior sensibilidade de conservação: prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- b) Para os itens não perecíveis, industrializados, embalados e demais produtos de consumo comum com maior estabilidade de armazenamento: prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**39.3.** As entregas deverão observar rigorosamente:

- As especificações dos itens constantes da planilha da contratação;  
os quantitativos requisitados pela Administração;  
os prazos fixados para atendimento de cada solicitação;  
as condições adequadas de transporte, conservação e acondicionamento dos produtos;  
as exigências sanitárias aplicáveis, especialmente para produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal.

**39.4.** O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas:

- a) Recebimento provisório: dar-se-á no momento da entrega, para fins de conferência preliminar dos quantitativos, das embalagens, das condições aparentes dos produtos e da regularidade da nota fiscal;
- b) Recebimento definitivo: ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações do edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora, incluindo qualidade, integridade, validade, acondicionamento, conservação e adequação ao uso administrativo.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, impropriedades ou desconformidades constatadas posteriormente.

**39.5.** Os produtos fornecidos deverão:

- Estar em conformidade com a descrição, unidade, embalagem e padrão de qualidade exigidos;
- Apresentar embalagem íntegra e apropriada ao tipo de produto;
- Possuir prazo de validade adequado para recebimento e consumo;
- Estar livres de avarias, deterioração, contaminação, estufamento, vazamento, violação ou qualquer irregularidade;
- Atender às normas sanitárias, de inspeção, rotulagem e conservação aplicáveis.

**39.6.** No caso de produtos in natura, deverão ser entregues frescos, íntegros, em adequado estado de maturação e livres de sujidades, parasitas larvas e partes deterioradas.



No caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, deverão ser observadas as condições específicas de transporte, temperatura, conservação, inspeção sanitária e validade.

**39.7.** A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas no edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora, com quantidade divergente, prazo de validade insuficiente, defeitos de acondicionamento, deterioração, vícios de qualidade ou qualquer outra irregularidade que comprometa sua aceitação.

Nesses casos, a contratada ficará obrigada a promover a substituição dos produtos recusados, às suas expensas, observados os seguintes prazos:

- a) Em até 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de item perecível;
- b) Em até 02 (dois) dias úteis, quando se tratar de item não perecível.

**39.6.** O recebimento do objeto ficará condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as exigências do edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, podendo a Administração rejeitar aqueles que não atendam às condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **40 - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**40.1** O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato/ata, após a verificação do regular fornecimento dos produtos, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

**40.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente de titularidade da contratada, em instituição bancária por ela indicada, devendo constar na Nota Fiscal/Fatura, de forma expressa, o nome do banco, número da agência e número da conta corrente para recebimento.

**40.3.** Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de evitar retenções tributárias indevidas, observada a legislação vigente.

**40.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à contratada, e o pagamento ficará sobrestado até que sejam adotadas as medidas saneadoras necessárias. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.



**40.5.** Previamente à realização do pagamento, a Administração poderá proceder à verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista da contratada, especialmente quanto à regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Justiça do Trabalho, quando exigido pela legislação e pelo edital.

**40.6.** Os tributos, encargos e contribuições fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento dos produtos correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional além do valor adjudicado/contratado.

**40.7.** O pagamento somente será efetuado após o recebimento provisório e/ou definitivo dos produtos, conforme o caso, e mediante ateste do fiscal responsável, que verificará a conformidade dos itens entregues com as especificações, quantitativos, qualidade, prazo de validade, condições de acondicionamento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**40.8.** Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido, de qualquer forma, para tanto, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente, observada a legislação aplicável e os índices oficialmente admitidos pela Administração Pública.

**40.9.** Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

**40.10.** Havendo devolução da Nota Fiscal/Fatura em razão de erro, inconsistência, ausência de documentos, desconformidade com o objeto fornecido ou qualquer outra irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem após a regularização da pendência pela contratada.

**40.12.** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será imediatamente comunicada à contratada, ficando o pagamento suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

Nessa hipótese, o prazo para pagamento terá início somente após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, sem qualquer ônus adicional para o Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**40.13.** Para fins de pagamento, a contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente aos produtos efetivamente fornecidos, vedado o pagamento por itens não entregues, entregues em desconformidade ou recusados pela Administração.



**40.14.** Os pagamentos observarão a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme disposto na legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

#### **41. REAJUSTE (Art. 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

**41.1.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços, aos quais se pretende aderir, são fixos e ir-reajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta que deu origem ao registro, conforme estabelecido no instrumento convocatório e na respectiva ata, aplicando-se tais condições à contratação decorrente da adesão, em plena conformidade com a legislação vigente.

**41.2.** Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**41.3.** Para efeito do disposto no item anterior, poderá ser apreciada a aplicação de índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos gêneros alimentícios objeto da contratação, com data-base vinculada à data da proposta, observada a legislação aplicável e a efetiva pertinência do índice adotado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PIR \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PIR = Preço inicial remanescente

IR = Índice de reajuste

**41.4.** Na hipótese de reajuste, a Contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste.

**41.5.** A Contratada somente terá direito a reajustes se não tiver dado causa a atrasos no cumprimento de suas obrigações.

**41.6.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**41.7.** Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**41.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**41.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial,



para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**41.10.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **42- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**42.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**42.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**42.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;



- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**42.3.1.** A sanção prevista na letra “a” do item 42.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 42.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**42.4.** A sanção prevista na letra “b” do item 42.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 42.1 deste Edital, nos seguintes termos:

- a) Se der causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) Se der causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) Se der causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) Se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela administração municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

**42.5.** A sanção prevista na letra “c” do item 42.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 42.1. Deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**42.6.** A sanção prevista na “d” do item 42.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 42.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 42.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 42.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.





**42.7.** A sanção estabelecida na letra “d” do item 42.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Edital será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

**42.8.** As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 42.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 13.2 (multa) deste Edital.

**42.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**42.10.** A aplicação das sanções previstas no item 42.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**42.11.** Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 42.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**42.12.** A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 42.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**42.13.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**42.14.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**42.15.** As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

**42.16.** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

### **43 - PROTEÇÃO DOS DADOS**

**43.1.** Ao participar da presente licitação, as licitantes ficam cientes de que a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT, com base no previsto no Art. 7º, II e III, c/c o Art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no Art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão



cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do Art. 16, inciso I da mesma lei.

**43.2.** As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**43.3.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

**43.4.** As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no Art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**43.5.** A contratada obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

**43.6.** Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

#### **44 - CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

**44.1.** A despesa decorrente do fornecimento objeto deste pregão, a princípio, correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT.



## **45 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**45.1.** Em caso de divergência existente entre as especificações descritas na plataforma Licitanet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão a do Edital.

**45.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília / DF.**

**45.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**45.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**45.5.** No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**45.6.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**45.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**45.8.** Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

**45.9.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**45.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**45.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**45.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**45.13.** Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão eletrônico.

**45.14.** A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste /MT não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

**45.15.** Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consular ou registrado em cartório de títulos e documentos.

**45.16.** Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido efetuada por profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

**45.17.** O horário de atendimento presencial do protocolo administrativo da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT é das 7h às 13h horário local, de segunda a sexta-feira.

#### **46 – FORO**

**46.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santo Antônio do Leste / MT, 26 de março de 2026.

---

ORLANDO ALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal da Administração



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘a’ a ‘j’, da Lei nº 14.133/2021 Decreto Municipal 016/2026**

### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021).**

Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, destinados ao atendimento das necessidades de consumo de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT, com julgamento pelo critério de menor preço por item, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Conforme diretrizes do **Decreto Municipal nº 016/2026**, que institui o programa "**COMPRA SANTO ANTÔNIO DO LESTE**", a presente contratação observará tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, com reserva de cota de até **25% (vinte e cinco por cento)** do objeto para contratação exclusiva de MPE/EPP sediadas no âmbito local ou regional.

A contratação abrange o fornecimento de gêneros alimentícios diversos, compreendendo produtos perecíveis e não perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, frios, bebidas, produtos industrializados e demais itens correlatos, a serem fornecidos de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A futura contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza contínua e recorrente da demanda, da impossibilidade de definição exata do quantitativo a ser



consumido por cada Secretaria ao longo do período de vigência da ata, e da necessidade de fornecimento parcelado, conforme a efetiva demanda administrativa.

#### **1.1.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Projeto/Atividade: 2012/2112/2113/2068/2072/2062/2060/2228/2058 – Manutenção das Secretarias Municipais

**Fonte de Recursos:** 500/660/661

**1.2.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.718.648,09** (dois milhões setecentos e dezoito mil seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) Conforme segue:

#### **DESCRIÇÃO DOS ITENS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABACAXI - PEROLA, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA PARA ENTREGA.	UN	783	R\$ 11,87	R\$ 9.294,21
2	ALIMENTO CHOCOLATE EM PO - OBTIDO DA MISTURA DE 50% CACAU EM PO LETICINADO E AÇÚCAR, ACONDICIONADO EM CAIXA DE 200G	UN	483	R\$ 28,32	R\$ 13.678,56
3	ALHO - BULBO INTEIRO, ESTRANGEIRO, BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURA-	KG	483	R\$ 28,19	R\$ 13.615,77





	ÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA PARA ENTREGA				
4	AMEIXA - VERMELHA, GRAÚDA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	KG	615	R\$ 25,29	R\$ 15.553,35
5	AMENDOIM - CRU, SEM CASCA, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, SAOS, DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTAÇÃO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE LINHA ATÓXICO. PACOTE 500G	PCT	410	R\$ 13,72	R\$ 5.625,20
6	AMIDO DE MILHO - PRODUTO A BASE DE AMIDO DE MILHO, FARINHA DE ARROZ E VITAMINAS, COM ASPECTO DE COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS PACOTE 500 GR	UN	350	R\$ 8,80	R\$ 3.080,00
7	ARROZ – 5 KG AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUÍDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MÁXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS,	UN	965	R\$ 23,75	R\$ 22.918,75



GOVERNO MUNICIPAL  
**SANTO ANTÔNIO DO LESTE**  
Responsabilidade em ação, progresso para todos!  
Gestão 2025/2028

	ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.				
8	AZEITONA EM CONSERVA - VERDE, INTEIRA SEM CAROÇO, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO EMBALAGEM DE 500 GR	UN	763	R\$ 36,27	R\$ 27.674,01
9	CARNE SUÍNA SALGADA - TIPO BACON DEFUMADO, EM PEDAÇO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO	KG	725	R\$ 47,20	R\$ 34.220,00
10	BANANA - NANICA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E coloração UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KG	790	R\$ 9,19	R\$ 7.260,10
11	BANANA - DA TERRA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	370	R\$ 11,71	R\$ 4.332,70



12	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - DO TIPO MAIZENA, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, EMBALAGEM PRIMÁRIA DE PLÁSTICO RESISTENTE, PESANDO 400G	UN	1140	R\$ 7,34	R\$ 8.367,60
13	BISCOITO COM SAL - TIPO ÁGUA E SAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP 400G	UN	1140	R\$ 7,49	R\$ 8.538,60
14	CACAU - EM PO SOLÚVEL, OBTIDO DA MISTURA DE 100% DE CACAU, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA 150 GR	UN	83	R\$ 29,71	R\$ 2.465,93
15	CAIXA BOMBOM -MATERIAL CHOCOLATE TIPO RECHEIO SABORES COBERTURA DIVERSOS CAIXA DE 250 GR	CX	3550	R\$ 20,54	R\$ 72.917,00
16	CALDO DE CARNE - COMPOSTO DE SAL, AMIDO, GLUTAMATO MONOSSÓDICO, AÇÚCAR, ALHO, CEBOLA GORDURA VEGETAL, EXTRATO DE CARNE BOVINA, EM TABLETE DE 19 GR	UN	390	R\$ 3,17	R\$ 1.236,30



17	CALDO DE GALINHA - COMPOSTO DE SAL, AMIDO, GLUTAMATO MONOSSÓDICO, AÇÚCAR, ALHO, CEBOLA, GORDURA VEGETAL, EXTRATO DE CARNE DE FRANGO, EM TABLETE DE 19 GR	UN	390	R\$ 3,13	R\$ 1.220,70
18	CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA DE PRIMEIRA, PEÇA INTEIRA PARA BIFE, RESFRIADA, E NO MÁXIMO 10% DE SEBO E GORDURA NO MÁXIMO 10% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO, TRANSPARENTE ATÓXICO, INSPECIONADA PELO SIF	KG	2850	R\$ 42,56	R\$ 121.296,00
19	CARNE BOVINA – TIPO PATINHO, MOÍDA, RESFRIADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM BAIXO TEOR DE GORDURA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE E ATÓXICA, DEVIDAMENTE VEDADA, INSPECIONADA PELO ÓRGÃO COMPETENTE E ENTREGUE EM TEMPERATURA ADEQUADA PARA CONSERVAÇÃO E CONSUMO.	KG	5270	R\$ 36,45	R\$ 192.091,50
20	CARNE SUÍNA - TIPO PALETA, PICADA, RESFRIADA, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO	KG	2170	R\$ 17,15	R\$ 38.517,50
21	CEBOLA - BRANCA DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES	KG	480	R\$ 6,32	R\$ 2.907,20



	DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES OU CORTES, UNIFORME COM O TAMANHO E A coloração, ISENTA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO atóxico				
22	CENOURA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, RACHADURA E CORTES, TAMANHO E coloração UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRÓPRIA PARA ENTREGA	KG	330	R\$ 9,48	R\$ 3.128,40
23	ALFACE - TIPO LISA, FRESCA, DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E coloração UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES E SUJIDADES	UN	1140	R\$ 7,84	R\$ 8.937,60
24	BATATA - INGLESA, APRESENTANDO O GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG	550	R\$ 6,34	R\$ 3.487,00
25	CHÁ MATE, COM 100 FOLHAS E TALOS DE ERVA MATE MOÍDAS, CAIXA DE 250 GR	CX	610	R\$ 10,65	R\$ 6.496,50



26	CHEIRO VERDE - CONTENDO SALSINHA E CEBOLINHA COM FOLHAS INTEIRAS, TALO, GRAÚDOS, SEM MANCHAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. COM PESO DE 150 A 200 GRAMAS.	UN	350	R\$ 5,22	R\$ 1.827,00
27	CHOCOLATE - MEIO AMARGO, TIPO BARRA, PREPARADO COM CACAU, AÇÚCAR, LEITE, LICOR DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTÂNCIAS, CONTEM GLÚTEN, EMBALADO EM EMBALAGEM ATÓXICA BARRA DE 1K	BA	1030	R\$ 46,40	R\$ 47.792,00
28	CHOCOLATE - CHOCOLATE AO LEITE, EM BARRA/TABLETE, PREPARADO COM CACAU, AÇÚCAR, LEITE, LICOR DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTÂNCIAS, CONTEM GLÚTEN, O PRODUTO SERÁ EMBALADO EM EMBALAGEM ATÓXICA CONTENDO 1.000G.	BA	1030	R\$ 45,83	R\$ 47.204,90
29	CHOCOLATE - BRANCO, EM BARRA, CONTENDO AÇÚCAR, LEITE EM PO INTEGRAL, MANTEIGA DE CACAU, LACTOSE, GORDURA VEGETAL, EMULSIFICANTES LECITINA DE SOJA E POLI GLICEROL POLIRRICINOLEATO E AROMATIZANTE. 1K	BA	1030	R\$ 43,85	R\$ 45.165,50
30	CHOCOLATE - AO LEITE, TIPO GRANULADO, PREPARADO COM CACAU, AÇÚCAR, LEITE, LICOR DE CACAU, MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS	PCT	237	R\$ 10,07	R\$ 2.386,59





	SUBSTANCIAS, EMBALADO EM SACO 400G				
31	COUVE - TIPO MANTEIGA, FRESCA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E coloração UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM MAÇO E EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	UN	290	R\$ 7,43	R\$ 2.154,70
32	FRANGO PROCESSADO - EM PEÇA, NÃO TEMPERADO, COXA-SOBRE COXA, CONTENDO CONGELADO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MANCHAS E LARVAS, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO POLIETILENO, TRANSPARENTE atóxico, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO POLIETILENO, TRANSPARENTE atóxico, INSPECIONADO PELO SIF	KG	2850	R\$ 13,28	R\$ 37.848,00
33	COCO RALADO - SEM AÇÚCAR, SEM GORDURA TRANS, EMBALAGEM COM 100 GRAMAS	PCT	400	R\$ 10,64	R\$ 4.256,00
34	CREME DE LEITE - POSSUI 20% DE GORDURA, ESPESSANTES E O SORO	UN	3155	R\$ 4,17	R\$ 13.156,35



	NÃO PODE SER SEPARADO, CONTEM LACTOSE. NÃO CONTEM GLÚTEN 200G				
35	DOCE DE LEITE - TIPO MISTO, EM PASTA, COMPOSTO DE LEITE COM AMENDOIM, ACONDICIONADO EM LATA DE 500 GR	UN	725	R\$ 17,01	R\$ 5.210,00
36	DOCE EM BARRA - DE BANANA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	UN	725	R\$ 18,30	R\$ 13.267,50
37	DOCE EM BARRA - DE GOIABA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA CAIXA 200G	UN	725	R\$ 9,79	7.097,75
38	FEIJÃO - PRETO, TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIE EMBALAGEM DE 1 K	KG	310	R\$ 9,63	R\$ 2.985,30
39	ERVILHA VERDE PROCESSADA - TIPO VERDE COMUM SECA, SELECIONADA EM GRÃOS, HIGIENIZADA, FIRME E INTACTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM	UN	212	R\$ 5,04	R\$ 1.068,48



GOVERNO MUNICIPAL  
**SANTO ANTÔNIO DO LESTE**  
Responsabilidade em ação, progresso para todos!  
Gestão 2025/2028

	APROPRIADA PARA ENTREGA LATA 200G				
40	EXTRATO DE TOMATE 850 GR – SIMPLES, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES E FERMENTAÇÃO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	UN	3250	R\$ 16,72	R\$ 54.340,00
41	FARINHA DE MANDIOCA 1 KG - SECA, FINA, LIGEIRAMENTE TORRADA, ESCURA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO, atóxico	KG	870	R\$ 14,00	R\$ 12.180,00
42	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DA MOAGEM DO TRIGO, DE COR BRANCA, ENRIQUECIDA COM ACIDO FÓLICO, FERRO, ISENTA DE SUJIDADE, SEM FERMENTO 1K	KG	4250	R\$ 6,54	R\$ 27.795,00
43	FEIJÃO - CARIOCA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPÉCIE EMBALAGEM DE 1 K	KG	725	R\$ 8,64	R\$ 6.264,00



44	FERMENTO BIOLÓGICO - TIPO GRANULADO SECO INSTANTÂNEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL, AGENTE DE REIDRATAÇÃO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 10 GR APROPRIADA	UN	3225	R\$ 2,55	R\$ 8.223,75
45	FERMENTO QUÍMICO - TIPO EM PO, COMPOSTO DE AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO EMBALAGEM DE 100GR	UN	3225	R\$ 6,02	R\$ 19.414,50
46	FARINHA DE MILHO - FLOCAO, PRÉ-COZIDA, OBTIDA DO GRÃO DO MILHO DEGERMINADO, PRE-COZIDO OU PRE-GELATINIZADO, NA COR AMARELA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO DE 1 KG	UN	725	R\$ 5,91	R\$ 4.284,75
47	FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO, RESFRIADO, INTEIRA, COM ASPECTO COR E CHEIRO PRÓPRIO, SEM MANCHAS E SEM PARASITAS	KG	3660	R\$ 15,20	R\$ 55.632,00
48	FRUTA CRISTALIZADA - MISTA, PREPARADA COM SACAROSE E FRUTAS DESIDRATADAS EM PEDAÇOS, COBERTURA COM CRISTAIS DE AÇÚCAR COM TECNOLOGIA ADEQUADA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTA DE SUJIDADES DETRITOS ANIMAIS, VEGETAIS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS,	UN	319	R\$ 5,04	R\$ 1.607,76



	ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO atóxico, VEDADO PACOTE DE 250 GR				
49	PEITO DE FRANGO SEMI PROCESADO EM PEÇAS RESFRIADO, PEITO COM ASPECTO COR E CHEIRO PRÓPRIO SEM MANCHAS ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO PESO KG	KG	5270	R\$ 19,56	R\$ 103.081,20
50	AZEITE DE OLIVA -ÓLEO COMESTÍVEL – AZEITE EXTRA VIRGEM OBTIDO DE AZEITONAS COM SABOR E CHEIRO EMBALAGEM DE 500 ML	UN	138	R\$ 50,61	R\$ 6.984,18
51	FUBÁ DE MILHO - FARINHA DE MILHO EM FLOCOS, TIPO FLOCÃO, PRE-COZIDA E ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, DE COR AMARELA, COM CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE UMIDADE E FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA 500G	UN	1015	R\$ 4,93	R\$ 5.003,95
52	PO PARA PREPARO DE GELATINA – SABORES SORTIDOS MORANGO, UVA, MARACUJÁ, LIMÃO, ABACAXI, LARANJA, CEREJA, FRAMBOESA ,AÇÚCAR CRISTAL, GELATINA EM PO, SAL, ACIDULANTE, AROMATIZANTE, FOSFATO TRICALCICO E DIÓXIDO DE SILÍCIO, FERRO E VITAMINAS, EDULCORANTES ARTIFICIAIS E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM	UN	1815	R\$ 2,29	R\$ 4.156,35



	GLÚTEN, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIAD 20G				
53	LARANJA - PERA, COR AMARELA ES-VERDEADA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SABOR E CHEIRO CÍTRICOS, TAMANHO GRANDE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, BOA QUALIDADE, ACONDICIONADA DE FORMA APROPRIADA	KG	1150	R\$ 8,60	R\$ 9.890,00
54	LEITE CONDENSADO - COMPOSTO DE LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR E LACTOSE (TRADICIONAL), DE CONSISTÊNCIA CREMOSA E TEXTURA HOMOGÊNEA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA 395G	UN	3515	R\$ 8,45	R\$ 29.701,75
55	LEITE DE COCO - NATURAL, CONCENTRADO, AÇUCARADO, OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO, PROCEDENTE DE FRUTOS SAOS E MADUROS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM ASPECTOS DE COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200 ML ADEQUADA	UN	235	R\$ 6,31	R\$ 1.482,85
56	LEITE LONGA VIDA - INTEGRAL, TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMO DE 3%, RECIPIENTE HERMÉTICO EM CAIXA ALUMINIZADA DE 1 L	UN	4350	R\$ 6,65	R\$ 28.927,50





GOVERNO MUNICIPAL  
**SANTO ANTÔNIO DO LESTE**  
Responsabilidade em ação, progresso para todos!  
Gestão 2025/2028

57	LEITE EM PO PARCIALMENTE DESNATADO TAMPA DE ROSCA COM LACRE LATA DE 500 GR	UN	250	R\$ 34,74	R\$ 8.685,00
58	LIMÃO - GALEGO, IN NATURA, EM ESTADO DE MATURAÇÃO ADEQUADO CASCA INTACTA, LIVRE DE SUJEIRAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	KG	125	R\$ 7,05	R\$ 881,25
59	LINGUIÇA - DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NÃO MISTA, TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL, FIRME, SEM UMIDADE, NÃO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERAÇÃO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	KG	3550	R\$ 27,09	R\$ 96.169,50
60	LINGUIÇA - TIPO TOSCANA, CONGELADA, PREPARADA COM CARNE SUINÃ, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. EMBALADA, SELADA EM SACO PLÁSTICO VIRGEM, TRANSPARENTE, ATÓXICO,	KG	1680	R\$ 22,95	R\$ 38.556,00
61	MACA - FUJI, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KG	2900	R\$ 14,97	R\$ 43.413,00



62	MASSA ALIMENTÍCIA - MACARRÃO TIPO PARAFUSO CONTEM SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA CONTEM GLÚTEN. PACOTE DE 500 GR	UN	725	R\$ 5,97	R\$ 4.328,25
63	MASSA ALIMENTÍCIA - MACARRÃO TIPO ESPAGUETE SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, CORANTES NATURAIS: URUCUM E CÚRCUMA CONTEM GLÚTEN PACOTE DE 500 GR	UN	725	R\$ 4,79	R\$ 3.472,75
64	MAIONESE - EMULSÃO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E ÓLEO VEGETAL, SEM ADIÇÃO DE CONDIMENTOS, SUBSTÂNCIAS COMESTÍVEIS E SEM CORANTES, DE CONSISTÊNCIA CREMOSA, AMARELO CLARO, COM CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 500 GR APROPRIADA PARA ENTREGA	UN	212	R\$ 11,51	R\$ 2.440,12
65	MAMÃO - PAPAIA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO	KG	490	R\$ 9,12	R\$ 4.468,80



	E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA				
66	MANDIOCA - TAMANHO MÉDIO, DE BOA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, PESO UNIFORME, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	KG	1450	R\$ 10,75	R\$ 15.587,50
67	MARGARINAS VEGETAIS - DE CONSISTÊNCIA CREMOSA, COM SAL, VITAMINA "A" DE 15 A 50 MIL U.I, CONSERVADA EM TEMPERATURA AMBIENTE, ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA EMBALAGEM DE 500 GR	UN	590	R\$ 12,95	R\$ 7.640,50
68	MELANCIA - REDONDA, GRAÚDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL	KG	2580	R\$ 4,70	R\$ 12.126,00
69	MELÃO - AMARELO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME.	KG	1140	R\$ 10,14	R\$ 11.559,60
70	MEXERICA- BOA QUALIDADE CONSISTÊNCIA FIRME	KG	1140	R\$ 14,19	R\$ 16.176,60
71	MILHO DE CANJICA - NA COR AMARELA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,	PCT	725	R\$ 4,82	R\$ 3.494,50



	BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. DE 500 GR				
72	MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO DE 250 GR	PCT	655	R\$ 5,01	R\$ 3.281,55
73	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES EMBALAGEM DE 220 GR	UN	400	R\$ 5,46	R\$ 2.184,00
74	MORTADELA - CONSTITUÍDA DE CARNE DE AVE MECANICAMENTE SEPARADA, NO MÁXIMO DE 40 POR CENTO, COM NO MÁXIMO 5 POR CENTO DE MIÚDOS DE AVES, TIPO FÍGADO, MOELA, CORAÇÃO, E GORDURA, ASPECTO, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS MATÉRIAS ESTRANHAS, EMBALAGEM PRIMARIA PLÁSTICA E RESISTENTE, ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO	KG	470	R\$ 27,26	R\$ 12.812,20



GOVERNO MUNICIPAL  
**SANTO ANTÔNIO DO LESTE**  
Responsabilidade em ação, progresso para todos!  
Gestão 2025/2028

75	QUEIJO - TIPO MUÇARELA, EMBALADO EM PLÁSTICO INVOLÁVEL, SELADO A VÁCUO POR QUILO	KG	3530	R\$ 57,84	R\$ 204.175,20
76	OVO - DE GALINHA, BRANCO, GRANDE, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS CARTELA COM 30 UNID	CTE	1512	R\$ 29,34	R\$ 44.362,08
77	PERA - DE TAMANHO MÉDIO A GRANDE, CASCA VERDE, PASSANDO A AMARELO, A POLPA DOCE E MOLE, TIPO WILLIAMS OU PORTUGUESA	KG	760	R\$ 19,60	R\$ 14.896,00
78	PIMENTÃO - VERDE, EXTRA DE ÓTIMA QUALIDADE, GRANDE, SEM LESÕES DE ORIGEM SEM LESÕES	KG	220	R\$ 17,76	R\$ 3.907,20
79	PIRULITO - COM SABOR ARTIFICIAL DE FRUTA, NO FORMATO REDONDO GIGANTE POR UNIDADE	UN	2750	R\$ 17,14	R\$ 47.135,00
80	POLVILHO- DOCE 500 GR GOMA DE MANDIOCA, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	UN	625	R\$ 8,39	R\$ 5.243,75
81	PRESUNTO – 1 KG MAGRO, PRÉ-COZIDO, DE FRANGO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SEM SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PLÁSTICA, ATÓXICA, NÃO NECESSÁRIO	KG	1031	R\$ 32,51	R\$ 33.517,81
82	REFRIGERANTE – SABOR COLA, ÁGUA GASEIFICADA, SACARINA,	UN	2575	R\$ 11,83	R\$ 30.462,25



	EXTRATOS VEGETAIS, CAFEÍNA, CORANTE, CAMELO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PET DE 2 L				
83	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE LARANJA, CONTENDO 2,5% A 3,5% DE SUCO DE LARANJA, COM CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM GARRAFA PET DE 2 LITROS COM TAMPA DE ROSCA	UN	2082	R\$ 10,84	R\$ 22.568,88
84	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE SUCO DE LIMÃO, AGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, 2,5% A 3% DE SUCO DE LIMÃO, CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO PET COM TAMPA DE ROSCA, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 6 UNIDADES, CONTENDO 2 LITROS CADA	UN	2125	R\$ 11,14	R\$ 23.672,50
85	REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE GUARANÁ, AGUA GASEIFICADA, AROMA NATURAL EMBALAGEM PET DE 2 L	UN	2532	R\$ 11,26	R\$ 28.510,32
86	REPOLHO - VERDE, DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUA-	KG	750	R\$ 9,61	R\$ 7.207,50





	DAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS				
87	REQUEIJÃO –PIRACANJUBA, TIROLÊS OU CRIOULO, TIPO CREMOSO, EMBALADO EM COPO OU BISNAGA HERMETICAMENTE FECHADO DE 250 GR	UN	497	R\$ 15,65	R\$ 7.778,05
88	SAGU DE MANDIOCA FABRICADO A PARTIR DA MATÉRIA PRIMA SAS E LIMPAS LIVRE DE MATERIAL TERROSO PARASITOS LARVAS E DETRITOS PACOTE 400 G	UN	396	R\$ 10,23	R\$ 4.051,08
89	SAL - GROSSO, IODADO, COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO, RESISTENTE E VEDADO 1KG	UN	241	R\$ 7,64	R\$ 1.841,24
90	SAL - REFINADO, IODADO, COM NO MÍNIMO 96,95% DE CLORETO DE SÓDIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO COM 1KG	UN	250	R\$ 4,82	R\$ 1.205,00
91	suco concentrado em pó, qualimax ,tang, frisco, Maranata – sabor abacaxi benzoato de sódio e outras substancias permitidas, integral, sem agua, sem açúcar, frutas frescas e selecionada embalagem de 18g	UN	1038	R\$ 5,49	R\$ 5.698,62
92	SUCO CONCENTRADO EM PO, QUALIMAX, TANG, FRISCO, MARANATA – SABOR, UVA, MORANGO, LA-	UN	2675	R\$ 3,28	R\$ 8.774,00



	RANJA, LIMÃO, MARACUJÁ, PÊS-SEGO, TANGERINA, CAJU, MANGA, GUARANÁ, ACEROLA, BENZOATO DE SÓDIO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM ÁGUA, SEM AÇÚCAR, FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA 18g				
93	SUCO CONCENTRADO - SUCO DE SABORES VARIADOS, PRONTO PARA BEBER, 1 LITRO. INGREDIENTES: ÁGUA, POLPA DA FRUTA E AÇÚCAR. CONTEM: ACIDULANTE, ANTIOXIDANTE, VITAMINA C, ESTABILIZANTE: GOMA XANTANA INS 415 E CONSERVADORES: SORBATO DE POTÁSSIO INS 202 E METABISSULFITO DE SÓDIO INS 223. TIPO DE EMBALAGEM: TETRA PAK. 1k	UN	1112	R\$ 10,24	R\$ 11.386,88
94	TEMPERO - COMPLETO SEM PIMENTA, SAL, POLPA DE ALHO. EMBALAGEM DE 1 KG	UN	222	R\$ 17,39	R\$ 3.860,58
95	TRIGO PARA KIBE - ESPECIAL, OBTIDA DO GRÃO DO TRIGO INTEGRAL, QUEBRADO E TORRADO, USADO PARA QUIBE 500g	UN	415	R\$ 8,34	R\$ 3.461,10
96	UVA - ITÁLIA, NACIONAL,	KG	930	R\$ 18,87	R\$ 17.549,10
97	UVA PASSA - OBTIDA POR PERDA PARCIAL DE ÁGUA 100g	PCT	431	R\$ 12,16	R\$ 5.240,96
98	PAÇOCA - COMPOSTO DE AMENDOIM MOÍDO, AÇÚCAR, FA. MANDIOCA E SAL, PRENSADOS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO	UN	2426	R\$ 18,11	R\$ 43.934,86



	COM 50 UNIDADES, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, PESANDO 26 G CADA				
99	PE DE MOLEQUE - COMPOSTO DE AMENDOIM INTEIRO OU FRAGMENTADO, AÇÚCARES SEMI CARAMELIZADOS, CONSISTÊNCIA SEMIDURA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UN	2426	R\$ 13,49	R\$ 32.726,74
100	AVEIA - INTEGRAL 100% NATURAL, EM FLOCOS FINOS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 15% POR PESO CAIXA DE 250 GR	UN	538	R\$ 8,43	R\$ 4.535,34
101	BATATA DOCE - ROSADA, BOA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS OU MECÂNICAS, (RACHADURAS E CORTES), TAMANHO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA	KG	577	R\$ 7,07	R\$ 4.079,39
102	DOCE DE FRUTA EM CALDA - SABOR DE AMEIXA, COMPOSTO E OBTIDA DE FRUTAS INTEIRAS OU PEDAÇOS, COM SEMENTES, COZIDO COM ÁGUA E AÇÚCAR, PREPARADO COM FRUTAS SAS E LIMPAS, ISENTO DE PARASITAS, SUJIDADES E LARVAS, COM ASPECTO, COR E SABOR PRÓPRIOS, SEM ADIÇÃO DE AROMATIZANTES E COLORAÇÃO ARTIFICIAIS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ENTREGA	UN	250	R\$ 23,19	R\$ 5.797,50



103	COLORAU - (URUCUM) PÓ FINO, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA de 1 kg	UN	250	R\$ 13,94	R\$ 3.485,00
104	SUCO DE NÉCTAR DA FRUTA - SUCOS DE DIVERSOS SABORES, PRONTOS PARA BEBER TIPO NÉCTAR EM CAIXINHA TETRA PAK DE 1 LITRO, INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, VITAMINAS (C, E, B3, A, D, B6 E B12), AROMA SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL, ACIDULANTE ACIDO CÍTRICO, ESTABILIZANTES GOMA GUAR E ACETATO ISOBUTIRATO DE SACAROSE.	UN	975	R\$ 11,09	R\$ 10.812,75
105	KIWI - NACIONAL, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	KG	972	R\$ 33,96	R\$ 33.009,12
106	TOMATE - CAQUI, EXTRA, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES,	KG	870	R\$ 14,08	R\$ 12.249,60



GOVERNO MUNICIPAL  
**SANTO ANTÔNIO DO LESTE**  
Responsabilidade em ação, progresso para todos!  
Gestão 2025/2028

	ACONDICIONADO EM CAIXAS DE MADEIRA(495X355X220)MM, 24KGS				
107	SALSICHA - DO TIPO HOT DOG, ADQUIRIDA ATRAVÉS DA MISTURA DE CARNE DE FRANGO, CARNE E GORDURA SUINÃ, CARNE DE PERU, FÉCULA DE SOJA, COM CONDIMENTOS NATURAIS	KG	796	R\$ 14,53	R\$ 11.565,88
108	COCO RALADO - SEM AÇÚCAR, SEM GORDURA TRANS, EMBALAGEM DE 1 k	UN	395	R\$ 43,50	R\$ 17.182,50
109	EXTRATO DE TOMATE - SIMPLES, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO LATA DE 850g	UN	814	R\$ 16,39	R\$ 13.341,46
110	AÇAFRÃO - CÚRCUMA EM PO, PACOTE DE 500 GR	UN	219	R\$ 12,83	R\$ 2.809,77
111	VINAGRE BRANCO - DE ÁLCOOL, PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACÉTICO SIMPLES 1lt	UN	233	R\$ 4,87	R\$ 1.134,71
112	ORÉGANO - NATURAL, NÃO CONTEM GLÚTEN EMBALAGEM DE 1 KG	UN	156	R\$ 22,94	R\$ 3.578,64
113	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES LATA 2KG	UN	216	R\$ 31,22	R\$ 6.743,52
114	BALA MOLE COM RECHEIO DE CHOCOLATE, PACOTE DE 500G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS ARCO E DORI).	PCT	1852	R\$ 27,45	R\$ 50.837,40



115	BALA DURA DE CARAMELO COM RECHEIO DE AMENDOIM PACOTE DE 600 G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS SONHARE E ARCO).	PCT	1852	R\$ 18,95	R\$ 35.095,40
116	BALA MOLE DE BANANA 600 G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS OLIVEIRA E ÍNDIA)	PCT	1852	R\$ 26,12	R\$ 48.374,24
117	BALA RECHEADA SABOR CASTANHA PACOTE 500G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS ARCO E DORI).	PCT	1278	R\$ 17,42	R\$ 22.262,76
118	BALA DO CORAÇÃO SABOR CEREJA C/ LEITE CONDENSADO PACOTE 600G	PCT	1278	R\$ 17,19	R\$ 21.968,82
119	BALA DURA SABORES CEREJA, MELÃO, MANGA, HORTELÃ, UVA E MORANGO. PACOTE 600G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS LOVE MANIA E DORI).	PCT	1428	R\$ 14,01	R\$ 20.006,28
120	BALA MASTIGÁVEL DE YOGURTE, PACOTE 500G (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS 7BELO E DORI).	PCT	1302	R\$ 16,20	R\$ 21.092,40
121	BALA MASTIGÁVEL SABORES VARIADOS 600G (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS FLORESTAL E DORI)	PCT	1178	R\$ 17,75	R\$ 20.909,50
122	PIRULITO DURO RECHEADO COM BALA MASTIGÁVEL SABOR ARTIFICIAL DE FRAMBOESA PACOTE 600G (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS 7 BELO E DORI).	PCT	1508	R\$ 23,95	R\$ 35.972,90





123	CARAMELO DE LEITE 600G, SABORES VARIADOS CHOCOLATE, AMENDOIM E COCO. (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS EMBARE E SIMINETTO).	PCT	928	R\$ 21,40	R\$ 19.859,20
124	PIRULITO FRUTAS SORTIDO PCT C/800 G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS FLORESTAL E DORI).	PCT	1460	R\$ 20,48	R\$ 29.900,80
125	BOMBOM COM RECHEIO CREMOSO COM COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE PCT COM 1KG, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS LACTA, GAROTO E NESTLE)	PCT	1810	R\$ 70,14	R\$ 126.953,40
126	BOMBOM COM RECHEIO CREMOSO COM COBERTURA DE CHOCOLATE BRANCO, PCT C/ 1KG (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS LACTA, GAROTO E NESTLE).	PCT	2550	R\$ 70,14	R\$ 178.857,00
127	AÇÚCAR CRISTAL 2 KG	PCT	4850	R\$ 7,81	R\$ 37.878,50
128	CAFÉ ARÁBICA 100% TORRADO E MOÍDO SABOR TRADICIONAL INTENSA TORRA PCT C/ 250G, (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS CAMARADA, E 3 CORAÇÕES).	PCT	5000	R\$ 18,71	R\$ 93.550,00
129	ERVA DOCE PCT COM 10G	PCT	1145	R\$ 3,44	R\$ 3.938,80
130	CAMOMILA PCT 5G	PCT	1145	R\$ 3,44	R\$ 3.938,80
131	CANELA EM CASCA PCT 10G	PCT	1145	R\$ 3,78	R\$ 4.328,10
132	CRAVO PCT 8 G	PCT	1145	R\$ 4,40	R\$ 5.038,00
133	HIBISCO PCT 15G	PCT	1145	R\$ 5,21	R\$ 5.965,45
134	ANIS ESTRELADO PCT 10G	PCT	1145	R\$ 6,17	R\$ 7.064,65
135	BICARBONATO DE SÓDIO 30G	PCT	468	R\$ 3,08	R\$ 1.441,44



136	ERVA MATTE CHIMARRÃO A VÁ- CUO PCT COM 1KG (EQUIVALENTE OU SIMILAR AS MARCAS TERTÚLIA, GIOTTO E 81).	UN	1178	R\$ 26,50	R\$ 31.217,00
137	ÓLEO DE SOJA TIPO 1 (EQUIVA- LENTE OU SIMILAR AS MARCAS CONCORDIA OU SOYA)	UN	1945	R\$ 8,37	R\$ 16.279,65
138	TEMPERO BAIANO PCT COM 10G	PCT	307	R\$ 4,30	R\$ 1.320,10
139	ERVAS FINAS PCT COM 10 G	PCT	262	R\$ 3,60	R\$ 943,20
140	PÁPRICA DOCE PCT COM 10 G	PCT	267	R\$ 3,09	R\$ 825,03
141	CHIMICHURRI SABOR DEFUMADO PCT COM 10 G	PCT	267	R\$ 5,14	R\$ 1.372,38
142	LEMON PEPPER	PCT	267	R\$ 3,49	R\$ 931,83
143	CHANTILLY EM CAIXA TETRA PAK DE 1 LITRO	UN	387	R\$ 26,41	R\$ 10.220,67
144	VINAGRETE PCT COM 10 G	PCT	267	R\$ 7,95	R\$ 2.122,65
145	QUEIJO RALADO PACOTE COM 10 G	PCT	348	R\$ 11,51	R\$ 4.005,48
146	LORO TEMPERO FEIJÃO 10 G	PCT	194	R\$ 3,15	R\$ 611,10
147	KIT FEIJOADA PACOTE 800 GR	PCT	870	R\$ 19,01	R\$ 16.538,70
148	FEIJÃO BRANCO 1KG	UN	216	R\$ 14,95	R\$ 3.229,20
149	BATATA PALHA PACOTE 500G	PCT	714	R\$ 13,99	R\$ 9.988,86
150	PLÁSTICO FILME PVC 28CM/300M	RL	469	R\$ 11,31	R\$ 5.304,39
151	EMBALAGEM PARA CACHORRO QUENTE	UN	4275	R\$ 6,11	R\$ 26.120,25
<b>VALOR TOTAL: R\$ 2.718.648,09</b> (dois milhões setecentos e dezoito mil seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos)					

## 2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A presente contratação tem por finalidade suprir as necessidades de consumo das diversas Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste - MT, mediante o fornecimento de gêneros alimentícios diversos, indispensáveis à manutenção regular das atividades administrativas, institucionais e operacionais desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Municipal.



A aquisição pretendida se justifica em razão da necessidade contínua de disponibilização de itens alimentícios destinados ao atendimento das rotinas internas dos órgãos e unidades administrativas, bem como ao suporte de ações, reuniões, eventos institucionais, campanhas, atendimentos, atividades coletivas, programações administrativas e demais demandas públicas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, sempre de acordo com o interesse público e com as necessidades efetivamente verificadas pela Administração.

Os gêneros alimentícios constituem insumos essenciais para o adequado funcionamento de diversos setores da Administração, notadamente quando empregados no apoio logístico e operacional das atividades públicas, no atendimento a ações institucionais e no suporte a atividades promovidas pelas Secretarias Municipais. Nesse contexto, a ausência desses itens poderá comprometer o regular desenvolvimento das atividades administrativas, gerar descontinuidade no atendimento das demandas internas e prejudicar a execução de ações planejadas pelo Município.

A contratação também se mostra necessária em razão da diversidade de itens e da variação do consumo entre as Secretarias, circunstância que exige planejamento prévio e disponibilização de instrumento apto a permitir aquisições futuras e parceladas, conforme a necessidade administrativa efetivamente apresentada ao longo do período de vigência da contratação. Tal medida contribui para o adequado abastecimento das unidades requisitantes, evita contratações emergenciais, reduz riscos de desabastecimento e assegura maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Além disso, considerando que se trata de bens de consumo usual, com características padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, a aquisição possibilita o atendimento de necessidades permanentes da Administração, observando-se critérios de economicidade, eficiência, planejamento e padronização, em conformidade com os princípios que regem a atuação administrativa e as contratações públicas.

A pretensão contratual encontra amparo no dever da Administração Pública de planejar adequadamente suas contratações e de adotar providências voltadas à manutenção da continuidade do serviço público e do funcionamento regular dos órgãos municipais. Assim, a aquisição dos gêneros alimentícios revela-se medida necessária, adequada e compatível com as demandas administrativas das Secretarias Municipais de Santo Antônio do Leste - MT.

Ademais, a estruturação da contratação em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Municipal nº 016/2026** visa não apenas a eficiência administrativa, mas também o fomento à economia local, garantindo que o poder de compra do município atue como indutor do desenvolvimento regional e fortalecimento das micro e pequenas empresas locais.



Por fim, registra-se que a definição dos quantitativos decorre de estimativa de consumo destinada ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, considerando o histórico de utilização, a previsibilidade das demandas administrativas e a necessidade de manutenção do abastecimento regular das unidades administrativas, de modo a assegurar suporte material suficiente para o desenvolvimento das atividades públicas municipais.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.** (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133/2021).

**Levantamento de Necessidades**

A presente contratação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, destinados ao atendimento das demandas de consumo de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT, visando assegurar suporte adequado ao desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais e operacionais da Administração Pública Municipal.

O levantamento de necessidades evidencia demanda contínua e recorrente por gêneros alimentícios diversos, destinados ao abastecimento das unidades administrativas municipais, considerando a necessidade de atendimento das rotinas internas dos órgãos públicos, reuniões, eventos institucionais, ações administrativas, campanhas, atividades coletivas e demais programações promovidas pelas Secretarias Municipais, conforme suas atribuições e necessidades específicas.

A contratação pretendida busca assegurar o fornecimento regular e planejado desses itens, evitando desabastecimento, prejuízo ao funcionamento das Secretarias, aquisições pontuais desordenadas, desperdícios e descontinuidade no suporte material necessário à execução das atividades públicas municipais.

A solução proposta é compatível com a natureza da demanda administrativa, tendo em vista que os gêneros alimentícios constituem bens de consumo comum, com ampla oferta no mercado, especificações usuais e possibilidade de fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Administração, razão pela qual se mostra adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços com julgamento pelo critério de menor preço por item.

**Especificação dos Requisitos do Produto**

Os produtos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas e qualitativas constantes na planilha de itens e demais anexos do Termo de Referência, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:



- Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, conforme especificações, unidades, quantitativos estimados e padrões mínimos de qualidade definidos pela Administração;
- Apresentação dos produtos em conformidade com as características usuais de mercado, observando-se tipo, composição, embalagem, peso, volume, unidade de fornecimento e demais elementos necessários à correta identificação do item;
- Entrega dos produtos em perfeitas condições de consumo e utilização, com embalagens íntegras, sem avarias, violação, vazamentos, amassamentos ou qualquer comprometimento da qualidade;
- Observância do prazo de validade adequado, em especial para os produtos perecíveis, refrigerados, congelados, industrializados e de origem animal;
- Atendimento das exigências sanitárias, de inspeção, rotulagem, acondicionamento, transporte e conservação aplicáveis a cada tipo de produto;
- Fornecimento parcelado, conforme as requisições emitidas pela Administração Municipal, de acordo com a necessidade efetivamente verificada durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- Substituição, pela contratada, de produtos entregues em desacordo com as especificações, com vícios, deterioração, validade insuficiente ou qualquer irregularidade que inviabilize seu recebimento;
- Capacidade operacional da contratada para realizar entregas nos locais, prazos e condições estabelecidos pela Administração.

No caso dos produtos in natura, como frutas, verduras, legumes e hortaliças, deverá ser observada a entrega em condições adequadas de frescor, integridade, maturação e qualidade, livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduos ou partes deterioradas.

No caso dos produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, deverão ser observadas as exigências específicas quanto à inspeção sanitária, acondicionamento, integridade, temperatura adequada, transporte apropriado e prazo de validade compatível com o consumo administrativo.

No caso dos produtos industrializados, deverão ser observadas as exigências relativas à rotulagem regular, identificação do fabricante, lote, composição, peso ou volume líquido, validade e demais requisitos exigidos pela legislação aplicável.

### **Ciclo de Vida do Objeto**



A descrição da solução considera o ciclo de vida do objeto, compreendendo as seguintes etapas:

- Identificação da necessidade administrativa das Secretarias Municipais;
- Levantamento dos itens e dimensionamento dos quantitativos estimados de consumo;
- Definição das especificações técnicas dos produtos e da forma de fornecimento;
- Realização do procedimento licitatório para Registro de Preços, com julgamento pelo menor preço por item;
- Formalização da Ata de Registro de Preços e, quando cabível, dos instrumentos contratuais decorrentes;
- Fornecimento parcelado dos produtos, mediante ordens de fornecimento expedidas pela Administração;
- Recebimento, conferência, controle, armazenamento e distribuição dos itens às unidades demandantes;
- Consumo e utilização dos produtos pelas Secretarias Municipais, conforme as necessidades administrativas;
- Descarte adequado das embalagens e resíduos eventualmente gerados, observadas as rotinas administrativas e ambientais aplicáveis.

Sob a perspectiva do ciclo de vida, a solução escolhida permite que a Administração adquira apenas os itens efetivamente necessários, no momento oportuno, reduzindo riscos de compras excessivas, vencimento de produtos, perdas por deterioração, desperdícios e custos desnecessários com armazenamento prolongado.

Além disso, o fornecimento parcelado, aliado ao julgamento por item, favorece maior eficiência na gestão do abastecimento municipal, melhor controle dos estoques, maior adequação da despesa à demanda real e racionalização da utilização dos recursos públicos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

### **Relatório de Conclusão**

Com base no levantamento das necessidades administrativas, na análise das características do objeto e na consideração de seu ciclo de vida, conclui-se que a solução proposta consistente no Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, com julgamento pelo critério de menor preço por item mostra-se adequada, suficiente e compatível com as demandas da Administração Municipal.





A presente descrição da solução contempla, de forma integrada, a identificação da necessidade pública, a especificação dos produtos, a forma de fornecimento, os requisitos mínimos de qualidade e as etapas do ciclo de vida do objeto, assegurando coerência, viabilidade operacional, economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/2021).**

A contratação deverá observar os requisitos mínimos de habilitação e de execução necessários à adequada seleção do fornecedor e ao regular fornecimento do objeto, consistente no Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

##### **4.1. Habilitação jurídica**

Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar a documentação relativa à sua constituição legal, conforme sua natureza jurídica, especialmente:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, quando couber;
- Documento de eleição ou designação dos administradores em exercício, quando aplicável;
- Comprovante de inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica – CNPJ;
- Documento oficial de identificação do representante legal da empresa.

##### **4.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista**

O licitante deverá comprovar regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante apresentação de:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



#### **4.3. Qualificação econômico-financeira**

Para fins de qualificação econômico-financeira, poderá ser exigida, na forma do edital e da legislação aplicável, a apresentação de:

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais exigíveis, na forma da lei, quando cabível;
- Demais documentos que o edital entender pertinentes, desde que compatíveis com a natureza da contratação e observados os limites da lei nº 14.133/2021.

#### **4.4. Qualificação técnica**

Para comprovação de aptidão para o fornecimento compatível com o objeto da contratação, poderá ser exigida a apresentação de:

- Atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento anterior de gêneros alimentícios compatíveis em características com o objeto da presente contratação.

A exigência de qualificação técnica deverá observar a razoabilidade e a proporcionalidade, vedadas exigências excessivas ou que restrinjam indevidamente a competitividade.

#### **4.5. Requisitos técnicos e operacionais do objeto**

A futura contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos para execução do objeto:

- Fornecer os gêneros alimentícios em conformidade com as especificações, unidades, quantitativos estimados e padrões de qualidade constantes neste Termo de Referência;
- Realizar o fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante requisição ou ordem de fornecimento;
- Entregar os produtos nos locais, prazos e condições definidos pela Administração Municipal;
- Assegurar que os produtos sejam entregues em perfeitas condições de consumo, com embalagens íntegras, sem avarias, violações, vazamentos ou estufamentos;
- Garantir que os produtos estejam dentro do prazo de validade adequado para recebimento e consumo;
- Observar, nos itens perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, as exigências de inspeção, acondicionamento, conservação, transporte e controle sanitário aplicáveis;
- Substituir, às suas expensas, os produtos recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações, vícios, deterioração, validade insuficiente ou qualquer outra irregularidade;



- Responsabilizar-se integralmente pelos custos de transporte, carga, descarga e entrega dos produtos;
- Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

#### 4.6. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Decreto 016/2026)

Conforme art. 7º do Decreto Municipal nº 016/2026, as especificações técnicas dos itens que integrarão a cota reservada deverão observar os seguintes requisitos:

a) **Não restrição indevida à participação:** As exigências técnicas não deverão restringir indevidamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, conforme art. 7º, inciso III, do Decreto 016/2026;

b) **Flexibilidade em especificações:** Sempre que possível, as especificações deverão permitir flexibilidade quanto a embalagens, volumes mínimos de fornecimento e prazos de entrega, desde que mantida a qualidade e adequação ao uso administrativo;

c) **Simplificação de documentação:** Para fins de habilitação da cota reservada, poderão ser aceitos documentos simplificados de qualificação técnica, desde que comprovem aptidão para fornecimento de gêneros alimentícios compatíveis com o objeto;

d) **Padronização e divulgação:** As especificações dos itens serão padronizadas e divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município, conforme art. 7º, inciso II, do Decreto 016/2026, de modo a orientar as MPE/EPP para adequação de seus processos produtivos;

e) **Cadastro de fornecedores:** A Administração manterá cadastro próprio de acesso livre para identificar microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, conforme art. 7º, inciso I, do Decreto 016/2026

#### 4.7. Disposições finais

Os requisitos da contratação foram definidos em conformidade com a natureza do objeto e com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e decreto municipal 016/2026, visando assegurar a seleção de fornecedor apto, a regularidade da contratação, a qualidade dos produtos fornecidos e o atendimento eficiente das demandas das Secretarias Municipais.



**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’, da Lei nº 14.133/2021).**

A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento parcelado de gêneros alimentícios diversos, conforme a necessidade da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento contratual dela decorrente, observadas as especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.1. FORMA DE EXECUÇÃO:**

O objeto será executado sob a forma de entrega parcelada, mediante solicitação formal da Administração, por meio de ordem de fornecimento, requisição ou instrumento equivalente, emitido pelo setor competente, de acordo com as necessidades de abastecimento das Secretarias Municipais.

Os quantitativos previstos constituem mera estimativa de consumo, não gerando à Administração obrigação de aquisição integral dos itens registrados, uma vez que as contratações ocorrerão conforme a demanda efetivamente verificada ao longo da vigência da ata.

**5.2. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, observados os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, autorização de compra ou documento equivalente:

- a)** para os itens perecíveis, especialmente hortifrutigranjeiros, carnes, frios, produtos resfriados, congelados e demais gêneros com maior sensibilidade de conservação: prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- b)** para os itens não perecíveis, industrializados, embalados e demais produtos de consumo comum com maior estabilidade de armazenamento: prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**As entregas deverão observar rigorosamente:**

- As especificações dos itens constantes da planilha da contratação;
- Os quantitativos requisitados pela administração;
- Os prazos fixados para atendimento de cada solicitação;
- As condições adequadas de transporte, conservação e acondicionamento dos produtos;
- As exigências sanitárias aplicáveis, especialmente para produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal.



### 5.3. FORMA DE FORNECIMENTO:

O fornecimento será realizado de forma parcelada e sucessiva, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, podendo ocorrer em entregas periódicas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às requisições emitidas pela Administração, inclusive quanto à logística de transporte, carga, descarga e entrega dos produtos, responsabilizando-se integralmente por tais atividades e pelos respectivos custos.

### 5.4. RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas:

- a) Recebimento provisório:** dar-se-á no momento da entrega, para fins de conferência preliminar dos quantitativos, das embalagens, das condições aparentes dos produtos e da regularidade da nota fiscal;
- b) Recebimento definitivo:** ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Termo de Referência, incluindo qualidade, integridade, validade, acondicionamento, conservação e adequação ao uso administrativo.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, impropriedades ou desconformidades constatadas posteriormente.

### 5.5. CONDIÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS:

Os produtos fornecidos deverão:

- Estar em conformidade com a descrição, unidade, embalagem e padrão de qualidade exigidos;
- Apresentar embalagem íntegra e apropriada ao tipo de produto;
- Possuir prazo de validade adequado para recebimento e consumo;
- Estar livres de avarias, deterioração, contaminação, estufamento, vazamento, violação ou qualquer irregularidade;
- Atender às normas sanitárias, de inspeção, rotulagem e conservação aplicáveis.

No caso de produtos in natura, deverão ser entregues frescos, íntegros, em adequado estado de maturação e livres de sujidades, parasitas larvas e partes deterioradas.

No caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, deverão ser observadas as condições específicas de transporte, temperatura, conservação, inspeção sanitária e validade.

### 5.6. RECUSA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS:



A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas, com quantidade divergente, com prazo de validade insuficiente, com defeitos de acondicionamento, deterioração, vícios de qualidade ou qualquer outra irregularidade que comprometa sua aceitação.

Nesses casos, a contratada ficará obrigada a promover a substituição dos produtos recusados, às suas expensas, observados os seguintes prazos:

- a) em até 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de item perecível;
- b) em até 02 (dois) dias úteis, quando se tratar de item não perecível.

### **5.7. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS DA CONTRATADA NA EXECUÇÃO:**

Compete à contratada, durante a execução do objeto:

- Cumprir fielmente as ordens de fornecimento emitidas pela Administração;
- Realizar a entrega dos produtos com pontualidade e regularidade;
- Garantir a qualidade e a adequação dos itens fornecidos;
- Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento;
- Substituir produtos rejeitados ou entregues em desacordo;
- Manter as condições de habilitação e qualificação durante toda a execução;
- Observar as normas sanitárias, comerciais e legais aplicáveis ao objeto.

### **5.8. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, a quem competirá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade dos produtos entregues, a regularidade das requisições atendidas e a adequação da execução às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **5.9. CONCLUSÃO DO MODELO DE EXECUÇÃO:**

O modelo de execução proposto mostra-se adequado à natureza do objeto, pois permite à Administração realizar aquisições conforme a necessidade efetiva das Secretarias Municipais, assegurando maior eficiência no abastecimento, melhor controle dos fornecimentos, racionalização dos estoques e adequada utilização dos recursos públicos.





**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’, da Lei nº 14.133/2021).**

**6.1. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

A execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, quando necessário.

A gestão e a fiscalização da contratação terão por finalidade assegurar que o fornecimento dos gêneros alimentícios ocorra em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual, do edital e da proposta vencedora, especialmente quanto à qualidade dos produtos, prazos de entrega, quantidades solicitadas, condições de transporte, acondicionamento, validade e regularidade documental.

**6.2. COMPETÊNCIAS DO FISCAL DO CONTRATO/ATA:**

Compete ao fiscal designado, entre outras atribuições:

- a) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação;
- b) Conferir, de forma qualitativa e quantitativa, os gêneros alimentícios entregues, recusando, no todo ou em parte, aqueles que não estejam em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, prazos de validade, condições de conservação, acondicionamento ou quantidades requisitadas;
- c) Proceder de forma criteriosa ao recebimento provisório e definitivo dos produtos, observando sua adequação ao uso administrativo e às exigências da contratação;
- d) Solicitar à contratada os esclarecimentos, ajustes, correções e substituições que se fizerem necessários em razão de falhas, vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução do objeto;
- e) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, inclusive atrasos, entregas parciais, recusas de produtos, substituições realizadas, notificações expedidas e demais fatos relevantes;
- f) Determinar as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados, dentro de sua competência;



- g) Informar à autoridade competente, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providência que ultrapassem sua atribuição, para adoção das medidas cabíveis;
- h) Atestar, quando cabível, o recebimento dos produtos entregues em conformidade com as exigências da contratação, para fins de liquidação e pagamento;
- i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, quando exigido pela Administração, especialmente por ocasião dos pagamentos e da formalização de contratações decorrentes da ata;
- j) Acompanhar o saldo dos quantitativos registrados e controlar as requisições emitidas, a fim de assegurar adequada gestão da Ata de Registro de Preços.

### **6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PERANTE A FISCALIZAÇÃO:**

A contratada ficará sujeita à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos solicitados, bem como a atender prontamente às determinações do fiscal do contrato/ata, especialmente quanto à substituição de produtos recusados, correção de falhas e regularização de pendências verificadas na execução.

A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitado, informações relacionadas ao fornecimento, à origem dos produtos, ao transporte, à validade, ao acondicionamento, à documentação fiscal e sanitária, bem como quaisquer outros elementos necessários à verificação da regular execução do objeto.

### **6.4. LIMITES E EFEITOS DA FISCALIZAÇÃO:**

A atuação da fiscalização por parte da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, defeito, falha na entrega, inadequação dos produtos, desconformidade com as especificações ou infração legal relacionada ao fornecimento.

A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros, fornecedores, transportadores, prepostos ou quaisquer outras pessoas ou empresas eventualmente envolvidas na cadeia de fornecimento.

O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, pela qualidade dos itens fornecidos, pela adequação ao consumo e pelo cumprimento das demais obrigações contratuais e legais.

### **6.5. APOIO AO FISCAL E GESTÃO CONTRATUAL:**



O fiscal do contrato/ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

Quando necessário, a gestão da contratação poderá contar com apoio dos setores requisitantes, do almoxarifado, do setor de compras e dos demais órgãos envolvidos no recebimento, controle, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios, com a finalidade de assegurar a adequada execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

#### **6.6. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Considerando que a contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, caberá à Administração acompanhar a utilização da ata, controlar os quantitativos registrados, monitorar os saldos disponíveis, registrar as contratações realizadas, fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela detentora da ata e adotar as medidas necessárias em caso de descumprimento, atraso, inexecução parcial ou total.

#### **6.7. DISPOSIÇÃO FINAL:**

O modelo de gestão do contrato/ata foi estruturado com o objetivo de assegurar controle efetivo da execução, recebimento adequado dos produtos, regularidade do abastecimento das Secretarias Municipais e observância das condições estabelecidas na contratação, promovendo maior eficiência administrativa, segurança jurídica e proteção ao interesse público.

### **7. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021).**

**7.1** O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato/ata, após a verificação do regular fornecimento dos produtos, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

**7.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente de titularidade da contratada, em instituição bancária por ela indicada, devendo constar na Nota Fiscal/Fatura, de forma expressa, o nome do banco, número da agência e número da conta corrente para recebimento.

**7.3.** Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de evitar retenções tributárias indevidas, observada a legislação vigente.



**7.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à contratada, e o pagamento ficará sobrestado até que sejam adotadas as medidas saneadoras necessárias. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

**7.5.** Previamente à realização do pagamento, a Administração poderá proceder à verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista da contratada, especialmente quanto à regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Justiça do Trabalho, quando exigido pela legislação e pelo edital.

**7.6.** Os tributos, encargos e contribuições fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento dos produtos correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional além do valor adjudicado/contratado.

**7.7.** O pagamento somente será efetuado após o recebimento provisório e/ou definitivo dos produtos, conforme o caso, e mediante ateste do fiscal responsável, que verificará a conformidade dos itens entregues com as especificações, quantitativos, qualidade, prazo de validade, condições de acondicionamento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.8.** Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido, de qualquer forma, para tanto, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente, observada a legislação aplicável e os índices oficialmente admitidos pela Administração Pública.

**7.9.** Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

**7.10.** Havendo devolução da Nota Fiscal/Fatura em razão de erro, inconsistência, ausência de documentos, desconformidade com o objeto fornecido ou qualquer outra irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem após a regularização da pendência pela contratada.

**7.12.** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será imediatamente comunicada à contratada, ficando o pagamento suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa



hipótese, o prazo para pagamento terá início somente após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, sem qualquer ônus adicional para o Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**7.13.** Para fins de pagamento, a contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente aos produtos efetivamente fornecidos, vedado o pagamento por itens não entregues, entregues em desconformidade ou recusados pela Administração.

**7.14.** Os pagamentos observarão a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme disposto na legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021).**

A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, processado sob o Sistema de Registro de Preços, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável. O critério de julgamento será o de menor preço por item, solução compatível com a natureza divisível do objeto e com a necessidade de ampliação da competitividade.

### **8.1. Forma de seleção do fornecedor**

A contratação será precedida de licitação, na forma definida pela Administração no edital, para formação de Ata de Registro de Preços destinada à futura e eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios diversos, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza contínua e recorrente da demanda, pela impossibilidade de definição exata do consumo de cada item ao longo da vigência da ata e pela necessidade de fornecimento parcelado, conforme a demanda efetivamente verificada pelas Secretarias Municipais. A Lei nº 14.133/2021 prevê regras específicas para o SRP, inclusive quanto ao conteúdo do edital e à possibilidade de contratações futuras e eventuais.

### **8.2. Critério de julgamento**

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, considerando o valor unitário ofertado para cada item da planilha.

A adoção desse critério mostra-se a mais adequada ao objeto, pois os gêneros alimentícios possuem características autônomas, divisíveis e independentes entre si, sendo possível sua aquisição separadamente sem prejuízo da finalidade da contratação. Além disso, o julgamento por item favorece a participação de maior número de fornecedores, amplia a competitividade e contribui para a obtenção



da proposta mais vantajosa para a Administração. A Lei nº 14.133/2021 prevê o menor preço como critério de julgamento e disciplina o SRP para compras com demandas futuras e parceladas.

### **8.3. Modo de disputa e apresentação das propostas**

O modo de disputa será aquele definido no edital, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento adotado pela Administração.

As propostas deverão ser apresentadas de forma individualizada por item, contendo a descrição do produto ofertado, marca quando exigida no instrumento convocatório, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário e valor total do item, além das demais informações exigidas no edital, devendo estar em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

### **8.4. Exigências para seleção da proposta vencedora**

Será selecionada como vencedora a proposta que, atendendo integralmente às exigências do edital e deste Termo de Referência, apresentar o menor preço por item, observados os critérios de aceitabilidade da proposta, a compatibilidade com os preços de referência da Administração e a regularidade da documentação de habilitação.

Para fins de aceitação da proposta, poderão ser observados, entre outros:

- Compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado da contratação;
- Atendimento integral às especificações técnicas do item;
- Adequação da unidade de fornecimento, embalagem, peso, volume e padrão de qualidade exigidos;
- Cumprimento das exigências sanitárias e de conservação aplicáveis, quando cabível.

### **8.5. Habilitação do fornecedor**

A habilitação do fornecedor observará as exigências previstas no edital e neste Termo de Referência, compreendendo, no que couber:

- Habilitação jurídica;
- Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- Qualificação econômico-financeira;
- Qualificação técnica.

Somente será habilitado o licitante que comprovar o atendimento integral das exigências documentais previstas no instrumento convocatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

### **8.6. Possibilidade de adjudicação por item**

Considerando a natureza do objeto e o parcelamento tecnicamente justificado, a adjudicação ocorrerá por item, podendo diferentes fornecedores sagrarem-se vencedores em itens distintos, de acordo com as propostas apresentadas e classificadas no certame.





Tal sistemática é compatível com a natureza da contratação e com o princípio da competitividade, permitindo à Administração selecionar, para cada item, a proposta mais vantajosa.

#### **8.7. Vedação a exigências restritivas**

As especificações técnicas e os critérios de seleção do fornecedor deverão observar os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, vedadas exigências excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a participação de licitantes.

Também deverá ser evitada a indicação de marca, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas, devendo prevalecer especificações objetivas, usuais de mercado e compatíveis com a natureza dos bens a serem adquiridos.

#### **8.8. ESTRUTURA DE COTAS E TRATAMENTO FAVORECIDO (Decreto 016/2026)**

A licitação será estruturada em duas cotas, conforme diretrizes do Decreto Municipal nº 016/2026:

- a) **Cota Principal (75%):** Aberta à participação de todas as empresas, sem restrição de porte, com julgamento pelo critério de menor preço por item;
- b) **Cota Reservada (25%):** Destinada exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte com sede geográfica no âmbito local (Município de Santo Antônio do Leste - MT) ou regional (Municípios limítrofes: Primavera do Leste, Paranatinga, Campinápolis, Novo São Joaquim e Poxoréu), conforme art. 2º do Decreto 016/2026, com julgamento pelo critério de menor preço por item.

A divisão em cotas justifica-se pelos objetivos do art. 1º do Decreto 016/2026: promoção do desenvolvimento econômico local, ampliação da eficiência das políticas públicas e redução das desigualdades regionais.

#### **Procedimentos para a Cota Reservada:**

- Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, conforme art. 6º, §2º, do Decreto 016/2026;
- Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, conforme art. 6º, §3º, do Decreto 016/2026;



- O instrumento convocatório preverá a prioridade de aquisição dos produtos com menor preço, independentemente de ser cota principal ou reservada, conforme art. 6º, §4º, do Decreto 016/2026.

### **8.9. Conclusão**

Dessa forma, a forma e os critérios de seleção do fornecedor foram definidos de modo a assegurar a realização de procedimento competitivo, isonômico e vantajoso para a Administração, por meio de Registro de Preços, com julgamento pelo menor preço por item, em consonância com a natureza do objeto, com a dinâmica da demanda administrativa e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS. (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’, da Lei nº 14.133/2021).**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos preços unitários referenciais obtidos por meio de pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os parâmetros legalmente admitidos e os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

Para a formação da estimativa, foram considerados os quantitativos previstos para atendimento das demandas de consumo de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT, bem como os preços unitários atribuídos a cada item integrante da futura contratação, conforme levantamento realizado pela Administração durante a fase preparatória do processo.

A metodologia adotada para composição do orçamento estimado levou em consideração a necessidade de quantificação prévia dos gêneros alimentícios diversos a serem adquiridos, a natureza dos produtos, a variação do consumo entre as Secretarias Municipais, a recorrência da demanda administrativa e os parâmetros utilizados para formação dos preços de referência, tudo com a finalidade de assegurar estimativa compatível com a realidade do mercado e com as necessidades efetivas da Administração Pública Municipal.

A consolidação dos preços unitários referenciais e dos quantitativos estimados resultou no valor global estimado da contratação, conforme demonstrado na planilha orçamentária abaixo, na qual constam os itens, unidades de fornecimento, quantitativos estimados, preços unitários referenciais e preços totais correspondentes.



As memórias de cálculo, os mapas comparativos, as cotações, as planilhas utilizadas e os demais documentos que dão suporte à estimativa do valor da contratação encontram-se devidamente juntados aos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para a definição do orçamento estimado da licitação.

A estimativa apresentada observa os princípios do planejamento, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência, assegurando que a contratação seja dimensionada de forma adequada às necessidades da Administração Municipal e compatível com os preços praticados no mercado para objetos da mesma natureza.

### **VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

Somando-se os itens que compõem o escopo estimado da presente contratação, conforme discriminado na planilha orçamentária anexa, obtém-se o valor global estimado de **R\$ 2.718.648,09** (dois milhões setecentos e dezoito mil seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos)

Esse valor corresponde à consolidação dos preços unitários referenciais atribuídos aos gêneros alimentícios diversos que integram a futura contratação, multiplicados pelos respectivos quantitativos estimados para atendimento das demandas de consumo de todas as Secretarias do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

A estimativa apresentada reflete a previsão de consumo da Administração Municipal para o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços, considerando a necessidade de fornecimento parcelado dos itens, a diversidade dos produtos a serem adquiridos, a recorrência da demanda administrativa e a finalidade de garantir abastecimento adequado e contínuo às unidades administrativas municipais.

Ressalta-se que o valor global estimado possui natureza meramente referencial, destinando-se a subsidiar o planejamento da contratação, a verificação da compatibilidade orçamentária, a definição dos parâmetros de aceitabilidade das propostas e a aferição da vantajosidade da futura contratação, não implicando obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, que admite contratações futuras e eventuais, conforme a necessidade efetivamente verificada durante a vigência da ata.

As memórias de cálculo, os preços unitários referenciais, os mapas comparativos e os documentos que dão suporte à presente estimativa encontram-se juntados aos autos do processo administrativo, em conformidade com as exigências legais aplicáveis, servindo de fundamento para a formação do orçamento estimado da contratação.



Dessa forma, a estimativa do valor da contratação atende aos requisitos legais de prévia definição dos custos da contratação pública, observando o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios do planejamento, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e do interesse público.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;**

**10.1.** Fornecer os gêneros alimentícios conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta de preços apresentada e na Ata de Registro de Preços, observando rigorosamente os padrões de qualidade, unidades de fornecimento, quantitativos solicitados e prazos estabelecidos pela Administração.

**10.2.** Realizar a entrega dos produtos nos prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência e na respectiva ordem de fornecimento, acompanhados da correspondente Nota Fiscal/Fatura, na qual deverão constar as indicações referentes aos produtos entregues, inclusive, quando cabível, marca, unidade, lote, validade e demais informações pertinentes.

**10.3.** Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, conservação e adequação dos produtos fornecidos, garantindo que os itens entregues estejam em perfeitas condições de consumo e em conformidade com as exigências legais, sanitárias e contratuais.

**10.4.** Providenciar a imediata correção, substituição ou regularização de deficiências, falhas, irregularidades ou desconformidades constatadas pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, referentes aos produtos entregues ou às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**10.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber.

**10.6.** Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas ou na iminência de vencimento.

**10.7.** Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, atraso, irregularidades, falhas no fornecimento, entrega de produtos inadequados ou quaisquer outras ocorrências imputáveis à contratada.

**10.8.** Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos produtos, inclusive despesas com embalagem, transporte, carga, descarga, frete, seguro, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas correlatas, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.



**10.9.** Comunicar à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do conhecimento do fato, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, com a devida comprovação, para apreciação da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**10.10.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, fornecimentos ou documentos relacionados ao objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**10.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, sobre os produtos fornecidos, a execução do objeto, eventuais ocorrências e quaisquer atos ou fatos que a envolvam, independentemente de solicitação formal prévia.

**10.12.** Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível, sem rasuras e em conformidade com os produtos efetivamente entregues, contendo todas as informações exigidas pela legislação aplicável e pela Administração.

**10.13.** Apresentar, para fins de pagamento e sempre que solicitado, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e social, especialmente:

- Certidão de regularidade perante a Receita Federal;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certificado de Regularidade do FGTS.

**10.14.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, atendendo a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no edital e na proposta apresentada, bem como pelas determinações da fiscalização da Administração.

**10.15.** Entregar os produtos com observância rigorosa das condições de acondicionamento, conservação e transporte adequadas à natureza de cada item, especialmente no caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, garantindo que cheguem em condições próprias para consumo e uso pela Administração.

**10.16.** Substituir, às suas expensas, os produtos recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações, vícios, avarias, validade insuficiente, deterioração, contaminação, embalagem inadequada ou qualquer outra irregularidade, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

**10.17.** Manter, durante toda a vigência da contratação e da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.



**10.18.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração, quando cabível.

**10.19.** Observar integralmente a legislação sanitária, comercial, ambiental, trabalhista, tributária e demais normas aplicáveis ao objeto contratado.

**10.20.** Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos até os locais indicados pela Administração, garantindo que o fornecimento ocorra de forma regular, segura e eficiente, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.

**10.21.** As licitantes deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, além de qualificação econômico-financeira e técnica.

**Qualificação Técnica:** Para fins de qualificação técnica da cota reservada, a exigência deverá observar a razoabilidade e a proporcionalidade, vedadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade, conforme art. 7º, inciso III, do Decreto Municipal nº 016/2026.

**Aceitação das Propostas:** Para a cota reservada, a aceitação das propostas observará os mesmos critérios da cota principal, sem exigências adicionais que restrinjam a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o Decreto Municipal nº 016/2026.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor (es) ou fiscal (is) formalmente designado (s), verificando se os produtos fornecidos estão em conformidade com as especificações, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta da contratada.

**11.2.** Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto aos locais de entrega, forma de recebimento, horários, responsáveis pelo recebimento e demais orientações operacionais pertinentes ao fornecimento dos gêneros alimentícios.

**11.3.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratada, desde que relacionados à execução do objeto e necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

**11.4.** Comunicar por escrito à contratadas quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos produtos, solicitando a substituição, correção ou regularização dos itens entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

**11.5.** Receber os produtos entregues pela contratada, por meio de conferência quantitativa e qualitativa, observando as condições de acondicionamento, integridade, validade, qualidade e adequação ao uso





administrativo, recusando, no todo ou em parte, aqueles que não estiverem em conformidade com as exigências da contratação.

**11.6.** Efetuar o pagamento à contratada nas condições, prazos e preços pactuados neste Termo de Referência, desde que os produtos tenham sido regularmente entregues, aceitos pela fiscalização e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada.

**11.7.** Acompanhar os prazos de entrega e exigir da contratada a adoção das providências necessárias para regularização de atrasos, falhas ou desconformidades no fornecimento, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência.

**11.8.** Comunicar formalmente à contratada o não recebimento, total ou parcial, dos produtos, apontando as razões da recusa, quando constatada inadequação às especificações, defeitos, irregularidades, prazo de validade insuficiente, problemas de acondicionamento ou qualquer outra desconformidade com os termos da contratação.

**11.9.** Proporcionar as condições administrativas necessárias para que a contratada possa cumprir suas obrigações, especialmente no que se refere ao recebimento dos produtos, emissão das ordens de fornecimento e disponibilização das informações indispensáveis à execução do objeto.

**11.10.** Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, nas hipóteses de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

**11.11.** Verificar, quando da liquidação da despesa e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e social da contratada, nos termos da legislação aplicável.

**11.12.** Controlar as requisições emitidas, os quantitativos consumidos, os saldos da Ata de Registro de Preços e as contratações dela decorrentes, com a finalidade de assegurar regularidade no abastecimento das Secretarias Municipais e adequada gestão da contratação.

**11.13.** Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público durante toda a execução da contratação.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**12.1.** Para fins de habilitação, deverão ser exigidos os documentos comprobatórios de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deste Termo de Referência e do edital.



**12.2.** A comprovação da qualificação técnica será realizada mediante apresentação de atestado (s) ou certidão (ões) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove (m) aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos, bem como satisfatório cumprimento das obrigações assumidas.

**12.2.1.** Para fins de avaliação do (s) atestado (s) ou certidão (ões) apresentado (s), será considerado compatível com o objeto desta licitação o fornecimento anterior de gêneros alimentícios, perecíveis e/ou não perecíveis, compatíveis em natureza e características com os itens objeto da presente contratação.

**12.2.2.** A exigência de qualificação técnica deverá observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, vedadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade do certame.

**12.3.** A aceitação das propostas ficará condicionada ao atendimento integral das exigências constantes do edital e deste Termo de Referência, especialmente quanto:

- À descrição do item ofertado;
- À compatibilidade do produto com as especificações técnicas exigidas;
- À unidade de fornecimento;
- À marca, quando exigida;
- À quantidade ofertada;
- Ao valor unitário e total proposto;
- Ao atendimento das condições de entrega, validade, acondicionamento e qualidade dos produtos.

**12.4.** Somente serão aceitas as propostas que apresentarem preços compatíveis com os valores referenciais estimados pela Administração, observados os critérios de julgamento estabelecidos no edital e a exequibilidade da proposta.

**12.5.** No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço por item, devendo ser considerada vencedora a licitante que, atendendo integralmente às exigências de habilitação e aceitação previstas no instrumento convocatório, ofertar a proposta mais vantajosa para a Administração.

**12.6.** A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

**12.7.** A Administração poderá promover diligências, nos termos da legislação aplicável, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação



que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- m)** Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços;
- n)** Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- o)** Dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços;
- p)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- q)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- r)** Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- s)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- t)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- u)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços;
- v)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- w)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- x)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- e)** Advertência;
- f)** Multa;
- g)** Impedimento de licitar e contratar;
- h)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- f)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- g)** As peculiaridades do caso concreto;
- h)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i)** Os danos que dela provierem para a administração pública;



- j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.3.1** A sanção prevista na letra “a” do item 13.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 13.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**13.4** A sanção prevista na letra “b” do item 13.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 13.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

- e) Se der causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- f) Se der causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- g) Se der causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- h) Se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela administração municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

**13.5** A sanção prevista na letra “c” do item 13.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 13.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.6** A sanção prevista na “d” do item 13.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 13.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 13.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 13.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



**13.7** A sanção estabelecida na letra “d” do item 13.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

**13.8** As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 13.2 (multa) deste Termo de Referência.

**13.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.10** A aplicação das sanções previstas no item 13.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**13.11** Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 13.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.12** A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 13.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.13.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**13.14.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**13.15.** As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

**13.16.** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### **14. DO REAJUSTE - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’, da Lei nº 14.133/2021).**

**14.1** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços, aos quais se pretende aderir, são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta que deu origem ao registro, conforme estabelecido no instrumento convocatório e na respectiva ata, aplicando-se tais condições à contratação decorrente da adesão, em plena conformidade com a legislação vigente.



**14.2** Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**14.3** Para efeito do disposto no item anterior, poderá ser apreciada a aplicação de índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos gêneros alimentícios objeto da contratação, com data-base vinculada à data da proposta, observada a legislação aplicável e a efetiva pertinência do índice adotado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PIR \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PIR = Preço inicial remanescente

IR = Índice de reajuste

**14.4** Na hipótese de reajuste, a Contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste.

**14.5** A Contratada somente terá direito a reajustes se não tiver dado causa a atrasos no cumprimento de suas obrigações.

**14.6** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**14.7** Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**14.8** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**14.9** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**14.10** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





## **ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO**

A ..... (razão social da empresa), CNPJ nº ....., localizada à ....., por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026, declara, sob as penas da lei, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- d) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste / MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no Art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (Art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



f) Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT.

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(papel timbrado da empresa)

**Tipo:** MENOR PREÇO POR ITEM.

Nome de Fantasia: .....

Razão Social: .....

CNPJ: ..... OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )

Endereço: .....

Bairro: ..... Município: .....

Estado: ..... CEP: .....

Fone/Fax: ( ) ..... E-MAIL: .....

Conta Corrente nº..... Agência nº. .... Banco .....

Nome completo do responsável legal da empresa: .....

CPF: ..... RG: ..... CEL/TELEFONE: .....

**IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DOS QUAIS FOI VENCEDOR:**

Item	Serviço	Unidade	Quantidade	Unit	Total

Prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias a partir da data de sua abertura.



Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas.

Declaramos que atendemos todas as exigências técnicas mínimas, inclusive de garantia, prazos de entrega e quantidades.

Informamos ainda, que os pagamentos deverão ser efetuados com todas as condições estabelecidas no Edital da Licitação e seus anexos, na Conta Corrente nº xxxxxxxx Agência nº xxxx do Banco Xxxxxxxx.  
OBS.: Anexar todas as Planilhas.

#### **ANEXO IV – MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

(PREFERENCIALMENTE PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº. \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº. \_\_\_\_\_, solicitamos na condição de **MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XX/2026** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da **Lei Complementar n.º 123/2006**.  
Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

Declaramos também que:

( ) somos optante do simples nacional.

( ) NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, **CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do Art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.**



Santo Antônio do Leste do Leste/MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa

#### **ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Primavera, nº 423A, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número **XXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na **XXXXXXXXXX**. Nº **XXX**, Bairro **XXXX**, CEP. **XXXXXX**, Cidade **XXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo **XXXXXX**, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº **XXX/2026**, com objeto **Registro de preço para futura e eventual contratação XXX**, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no Art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 016/2024, segundo as cláusulas e condições seguintes:

#### **1- ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços - ARP é integrada apenas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR identificado no preâmbulo.

#### **2- REGISTROS FORMALIZADOS**

2.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS com vistas à contratação para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.



2.1.1. O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

2.2. O fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, que são parte integrante da presente ARP, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos e:

- a) Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto;
- b) Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s);
- c) Edital referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

### **3- CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**

3.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no Art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

3.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

3.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

3.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

### **4- VIGÊNCIA DA ARP**

4.1. A presente ARP tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no Art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. As quantidades registradas, após a prorrogação serão renovadas.

4.3. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.



4.4. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

4.5. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.

## **5- CONTRATAÇÕES FUTURAS**

5.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU e do TCE-MT.

5.2. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente e publicado.

5.3. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no Art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2026 e seus anexos.

## **6 - VÍNCULOS DA ARP**

6.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

## **7- ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE**

7.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e





do particular titular do registro, nos termos previstos no Art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que observadas as disposições abaixo:

- a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.
- b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
- c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
- d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional [licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br](mailto:licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br) e/ou registro de solicitação via plataforma Licitanet, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.2. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

7.3. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros fixados na jurisprudência do TCU e do TCE-MT:

- a) Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;
- b) Não exceder no total das adesões já realizadas a 200% (duzentos por cento) do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;
- c) No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À MEI'S, ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme jurisprudência do TCU.
- d) Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no Art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



7.4. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

- a) Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,
- b) Apenas durante a vigência da presente ARP.

7.5. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo.

7.6. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

## **8- ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP**

8.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

8.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;
- c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- d) Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU e do TCE-MT;



- e) Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;
- f) Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU e do TCE-MT;
- g) Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- h) Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- i) Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- j) Instruir os autos de gestão da presente ARP.

## **9 - ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE**

9.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE compete:

- a) Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- b) Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- c) Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- d) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

## **10 - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**



- 10.1. Fornecer os gêneros alimentícios conforme as especificações constantes no Termo de Referência, no edital, na proposta de preços apresentada e nesta Ata de Registro de Preços, observando rigorosamente os padrões de qualidade, unidades de fornecimento, quantitativos solicitados e prazos estabelecidos pela Administração.
- 10.2. Realizar a entrega dos produtos nos prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e na respectiva ordem de fornecimento, acompanhados da correspondente **Nota Fiscal/Fatura**, na qual deverão constar as indicações referentes aos produtos entregues, inclusive, quando cabível, marca, unidade, lote, validade e demais informações pertinentes.
- 10.3. Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, conservação e adequação dos produtos fornecidos, garantindo que os itens entregues estejam em perfeitas condições de consumo e em conformidade com as exigências legais, sanitárias, editalícias e contratuais.
- 10.4. Providenciar a imediata correção, substituição ou regularização de deficiências, falhas, irregularidades ou desconformidades constatadas pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, referentes aos produtos entregues ou às condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços.
- 10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber.
- 10.6. Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas ou na iminência de vencimento.
- 10.7. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, atraso, irregularidades, falhas no fornecimento, entrega de produtos inadequados ou quaisquer outras ocorrências imputáveis ao fornecedor.
- 10.8. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos produtos, inclusive despesas com embalagem, transporte, carga, descarga, frete, seguro, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas correlatas, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.
- 10.9. Comunicar à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do conhecimento do fato, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, com a devida comprovação, para apreciação da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



10.10. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, fornecimentos ou documentos relacionados ao objeto desta Ata de Registro de Preços, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

10.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, sobre os produtos fornecidos, a execução do objeto, eventuais ocorrências e quaisquer atos ou fatos que o envolvam, independentemente de solicitação formal prévia.

10.12. Emitir **Nota Fiscal/Fatura** discriminada, legível, sem rasuras e em conformidade com os produtos efetivamente entregues, contendo todas as informações exigidas pela legislação aplicável e pela Administração.

10.13. Apresentar, para fins de pagamento e sempre que solicitado, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e social, especialmente:

- Certidão de regularidade perante a Receita Federal;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certificado de Regularidade do FGTS.

10.14. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto registrado, atendendo a todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, nesta Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada, bem como às determinações da fiscalização da Administração.

**10.15.** Entregar os produtos com observância rigorosa das condições de acondicionamento, conservação e transporte adequadas à natureza de cada item, especialmente no caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, garantindo que cheguem em condições próprias para consumo e uso pela Administração.

10.16. Substituir, às suas expensas, os produtos recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações, vícios, avarias, validade insuficiente, deterioração, contaminação, embalagem inadequada ou qualquer outra irregularidade, nos prazos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

10.17. Manter, durante toda a vigência desta Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

10.18. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração, quando cabível.

10.19. Observar integralmente a legislação sanitária, comercial, ambiental, trabalhista, tributária e demais normas aplicáveis ao objeto registrado.



10.20. Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos até os locais indicados pela Administração, garantindo que o fornecimento ocorra de forma regular, segura e eficiente, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.

10.21. Cumprir as ordens de fornecimento emitidas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, observando os quantitativos solicitados, os prazos fixados e as demais condições estabelecidas pela Administração.

10.22. Aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas contratações decorrentes desta Ata, quando cabíveis, nos limites e condições previstos na legislação aplicável.

## **11 - PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO**

11.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

11.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://www.santoantoniodo-leste.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

## **12 - ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

12.1. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou Índice Geral de preços Mercado – IGP-M ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com data-base vinculada à data da proposta, podendo a Administração realizar uma média aritmética entre os três índices, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

**PR** = Preço reajustado

**PIARP** = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

**IR** = Índice de reajuste

12.2. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data de assinatura da presente ARP.

12.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive decorrente reajuste, deverá ser formulado durante a vigência da presente ARP e antes de eventual prorrogação.





12.4. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação. Na impossibilidade de renúncia ao reajuste, a contratada deverá encaminhar, juntamente com o pedido de reajuste, os respectivos cálculos do valor que entender devido antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito. Os cálculos apresentados serão submetidos à apreciação da unidade técnica do contratante para deliberação acerca da sua pertinência.

12.5. Na impossibilidade de encaminhar os cálculos antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação, a contratada, mediante justificativa a ser apreciada pelo contratante, poderá solicitar a inclusão de cláusula resguardando o direito de pleitear reequilíbrio até o término da vigência da subsequente prorrogação.

12.6. A Administração também deverá manifestar o interesse no reajuste antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual quando este for do seu interesse, a exemplo de ocorrência de índice negativo.

12.7. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito, por ocorrência de fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado.

12.8. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no Art. 124 da Lei 14.133/2021.

12.9. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se hígdas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

12.10. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 03 desta ARP.

12.11. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 11 desta ARP.

### **13 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP**



13.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

13.2. Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.

13.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

#### **14 - CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ARP**

14.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- a) Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 12 desta ARP, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.
- b) Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- c) Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

14.2. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

- a) Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;
- b) Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;
- c) Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;
- d) Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou
- e) Sofrer sanção prevista no Art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.3. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade



competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

14.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

14.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

14.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

14.7. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

## **15 - CLÁUSULA OITAVA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO**

15.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

<b>Unidade</b>	<b>09</b>	<b>SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS SERV. PÚBLICOS</b>
<b>Funcional programática</b>	<b>17.605.5011.1110.0000</b>	
<b>Ficha</b>	<b>697</b>	
<b>Despesa/fonte</b>	<b>4.4.90.52.00</b>	<b>EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE</b>

## **16 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Santo Antônio do Leste/MT, **XX** de **XXXX** de 2026.

---

**MIGUEL JOSE BRUNETTA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**DETENTOR(A) DA ARP**

**ANEXO A - CADASTRO DE RESERVA**

**2ª Classificada:**

Empresa: XXX - CNPJ: XXX

Representante Legal: XXX

Telefone: (XX) XXXX-XXXX - E-mail: XXX

Endereço: XXX

Item	Qtde	Und	Marca	Modelo	Descrição	P.Unit	P.Total

**3ª Classificada:**

Empresa: XXX - CNPJ: XXX

Representante Legal: XXX

Telefone: (XX) XXXX-XXXX - E-mail: XXX

Endereço: XXX

Item	Qtde	Und	Marca	Modelo	Descrição	P.Unit	P.Total



**ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº 0XX/2026**

**PREGÃO ELETRONICO Nº 0XX/2026**

**PROCESSO Nº XX/2026**

Por este instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Rua Primavera, nº 423A, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA** doravante denominado, **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXX – CNPJ: XXXXXX**, com sede na XXXXX, nº XXX, bairro: XXXX, município de xxxxs – XX, CEP: XXXX, que também subscreve, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º XXX/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa para fornecimento XXX.**

**1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

**1.2.1. O Termo de Referência;**

**1.2.3. O Edital da Licitação;**

**1.2.4. A Proposta do contratado;**



1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data da sua assinatura, em conformidade com o capítulo V da Lei 14.133/21.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO.**

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4 - CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É VEDADA a subcontratação do objeto.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1** O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato/ata, após a verificação do regular fornecimento dos produtos, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

**5.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente de titularidade da contratada, em instituição bancária por ela indicada, devendo constar na Nota Fiscal/Fatura, de forma expressa, o nome do banco, número da agência e número da conta corrente para recebimento.

**5.3.** Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de evitar retenções tributárias indevidas, observada a legislação vigente.

**5.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à contratada, e o pagamento ficará sobrestado até que sejam adotadas as medidas saneadoras necessárias. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

**5.5.** Previamente à realização do pagamento, a Administração poderá proceder à verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista da contratada, especialmente





quanto à regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Justiça do Trabalho, quando exigido pela legislação e pelo edital.

**5.6.** Os tributos, encargos e contribuições fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento dos produtos correrão por conta exclusiva da contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional além do valor adjudicado/contratado.

**5.7.** O pagamento somente será efetuado após o recebimento provisório e/ou definitivo dos produtos, conforme o caso, e mediante ateste do fiscal responsável, que verificará a conformidade dos itens entregues com as especificações, quantitativos, qualidade, prazo de validade, condições de acondicionamento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.8.** Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido, de qualquer forma, para tanto, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente, observada a legislação aplicável e os índices oficialmente admitidos pela Administração Pública.

**5.9.** Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

**5.10.** Havendo devolução da Nota Fiscal/Fatura em razão de erro, inconsistência, ausência de documentos, desconformidade com o objeto fornecido ou qualquer outra irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem após a regularização da pendência pela contratada.

**5.12.** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será imediatamente comunicada à contratada, ficando o pagamento suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento terá início somente após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, sem qualquer ônus adicional para o Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**5.13.** Para fins de pagamento, a contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente aos produtos efetivamente fornecidos, vedado o pagamento por itens não entregues, entregues em desconformidade ou recusados pela Administração.

**5.14.** Os pagamentos observarão a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme disposto na legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

## **6 – CLAUSULA SEXTA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**



**6.1.** O objeto contratual será executado mediante fornecimento parcelado de gêneros alimentícios diversos, conforme as necessidades da Administração, observadas as disposições deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.

**6.2.** Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos na ordem de fornecimento, observadas as condições de transporte, acondicionamento, conservação e demais exigências aplicáveis à natureza de cada item.

**6.3.** O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas:

**I – Recebimento provisório:** dar-se-á no momento da entrega, para fins de conferência preliminar dos quantitativos, das embalagens, das condições aparentes dos produtos e da regularidade da Nota Fiscal/Fatura;

**II – Recebimento definitivo:** ocorrerá após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, incluindo qualidade, integridade, validade, acondicionamento, conservação e adequação ao uso administrativo.

**6.4.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, impropriedades ou desconformidades constatadas posteriormente, ainda que após o ateste e aceite dos produtos.

**6.5.** Os produtos fornecidos deverão, obrigatoriamente:

**I** – estar em conformidade com a descrição, unidade, embalagem e padrão de qualidade exigidos;

**II** – apresentar embalagem íntegra e apropriada ao tipo de produto;

**III** – possuir prazo de validade adequado para recebimento e consumo;

**IV** – estar livres de avarias, deterioração, contaminação, estufamento, vazamento, violação ou qualquer irregularidade;

**V** – atender às normas sanitárias, de inspeção, rotulagem e conservação aplicáveis.

**6.6.** No caso de produtos in natura, estes deverão ser entregues frescos, íntegros, em adequado estado de maturação e livres de sujidades, parasitas larvas e partes deterioradas.

**6.7.** No caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, deverão ser observadas as condições específicas de transporte, temperatura, conservação, inspeção sanitária e validade, de modo a garantir sua adequada utilização pela Administração.

**6.8.** A CONTRATANTE poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta da CON-



TRATADA, bem como aqueles que apresentarem quantidade divergente, prazo de validade insuficiente, defeitos de acondicionamento, deterioração, vícios de qualidade ou qualquer outra irregularidade que comprometa sua aceitação.

**6.9.** Na hipótese de recusa, a CONTRATADA ficará obrigada a promover a substituição dos produtos rejeitados, às suas expensas, observados os seguintes prazos:

**I** – em até **24 (vinte e quatro) horas**, quando se tratar de item perecível;

**II** – em até **02 (dois) dias úteis**, quando se tratar de item não perecível.

**6.10.** Durante a execução do objeto, compete à CONTRATADA:

**I** – cumprir fielmente as ordens de fornecimento emitidas pela Administração;

**II** – realizar a entrega dos produtos com pontualidade e regularidade;

**III** – garantir a qualidade e a adequação dos itens fornecidos;

**IV** – arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento;

**V** – substituir os produtos rejeitados ou entregues em desacordo;

**VI** – manter as condições de habilitação e qualificação durante toda a execução contratual;

**VII** – observar as normas sanitárias, comerciais e legais aplicáveis ao objeto.

**6.11.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela CONTRATANTE, a quem competirá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade dos produtos entregues, a regularidade das requisições atendidas e a adequação da execução às condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

**6.12.** O ateste do recebimento definitivo não afasta o direito da CONTRATANTE de exigir a substituição de produtos que, posteriormente, venham a apresentar vícios, defeitos, impropriedades ou desconformidades em relação às especificações contratuais.

## **7 - CLÁUSULA SETIMA – REAJUSTE**

**7.1.** Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta que deu origem à contratação, em conformidade com a legislação vigente.

**7.2.** Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, independentemente de pedido da CONTRATADA, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Para fins de reajustamento, poderá ser adotado índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos gêneros alimentícios objeto da contratação, com data-base vinculada à data da proposta, observada a legislação aplicável e a efetiva pertinência do índice adotado.

**7.4.** O reajuste será calculado com base na seguinte fórmula:

$$PR = PIR \times IR$$



Onde:

- **PR** = preço reajustado;
- **PIR** = preço inicial remanescente;
- **IR** = índice de reajuste.

**7.5.** Na hipótese de reajuste, a CONTRATANTE poderá consultar a CONTRATADA acerca da possibilidade de renúncia ao reajuste.

**7.6.** A CONTRATADA somente fará jus ao reajuste caso não tenha dado causa a atrasos no cumprimento de suas obrigações contratuais.

**7.7.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

**7.8.** Sempre que houver reajustamento, a CONTRATADA deverá apresentar a respectiva memória de cálculo, incidente sobre o valor remanescente do contrato.

**7.9.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, suspenso ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro índice oficial que vier a ser admitido pela legislação vigente e que guarde compatibilidade com a natureza do objeto contratado.

**7.10.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial, mediante formalização por termo aditivo, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**7.11.** O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação aplicável.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO**

**8.1.** As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

<b>Unidade</b>	<b>09</b>	<b>SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS SERV. PÚBLICOS</b>
<b>Funcional programática</b>	<b>17.605.5011.1110.0000</b>	
<b>Ficha</b>	<b>697</b>	
<b>Despesa/fonte</b>	<b>4.4.90.52.00</b>	<b>EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE</b>

## **9- CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**9.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor (es) ou fiscal (is) formalmente designado (s), verificando se os produtos fornecidos estão em conformidade com as especificações,



quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta da contratada.

**9.2.** Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto, especialmente quanto aos locais de entrega, forma de recebimento, horários, responsáveis pelo recebimento e demais orientações operacionais pertinentes ao fornecimento dos gêneros alimentícios.

**9.3.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratada, desde que relacionados à execução do objeto e necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

**9.4.** Comunicar por escrito à contratada quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos produtos, solicitando a substituição, correção ou regularização dos itens entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

**9.5.** Receber os produtos entregues pela contratada, por meio de conferência quantitativa e qualitativa, observando as condições de acondicionamento, integridade, validade, qualidade e adequação ao uso administrativo, recusando, no todo ou em parte, aqueles que não estiverem em conformidade com as exigências da contratação.

**9.6.** Efetuar o pagamento à contratada nas condições, prazos e preços pactuados neste Termo de Referência, desde que os produtos tenham sido regularmente entregues, aceitos pela fiscalização e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada.

**9.7.** Acompanhar os prazos de entrega e exigir da contratada a adoção das providências necessárias para regularização de atrasos, falhas ou desconformidades no fornecimento, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência.

**9.8.** Comunicar formalmente à contratada o não recebimento, total ou parcial, dos produtos, apontando as razões da recusa, quando constatada inadequação às especificações, defeitos, irregularidades, prazo de validade insuficiente, problemas de acondicionamento ou qualquer outra desconformidade com os termos da contratação.

**9.9.** Proporcionar as condições administrativas necessárias para que a contratada possa cumprir suas obrigações, especialmente no que se refere ao recebimento dos produtos, emissão das ordens de fornecimento e disponibilização das informações indispensáveis à execução do objeto.

**9.10.** Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, nas hipóteses de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.



- 9.11.** Verificar, quando da liquidação da despesa e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e social da contratada, nos termos da legislação aplicável.
- 9.12.** Controlar as requisições emitidas, os quantitativos consumidos, os saldos da Ata de Registro de Preços e as contratações dela decorrentes, com a finalidade de assegurar regularidade no abastecimento das Secretarias Municipais e adequada gestão da contratação.
- 9.13.** Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público durante toda a execução da contratação.

## **10 - CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- 10.1.** Fornecer os gêneros alimentícios conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta de preços apresentada e na Ata de Registro de Preços, observando rigorosamente os padrões de qualidade, unidades de fornecimento, quantitativos solicitados e prazos estabelecidos pela Administração.
- 10.2.** Realizar a entrega dos produtos nos prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência e na respectiva ordem de fornecimento, acompanhados da correspondente Nota Fiscal/Fatura, na qual deverão constar as indicações referentes aos produtos entregues, inclusive, quando cabível, marca, unidade, lote, validade e demais informações pertinentes.
- 10.3.** Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, conservação e adequação dos produtos fornecidos, garantindo que os itens entregues estejam em perfeitas condições de consumo e em conformidade com as exigências legais, sanitárias e contratuais.
- 10.4.** Providenciar a imediata correção, substituição ou regularização de deficiências, falhas, irregularidades ou desconformidades constatadas pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, referentes aos produtos entregues ou às condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber.
- 10.6.** Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas ou na iminência de vencimento.
- 10.7.** Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, atraso, irregularidades, falhas no fornecimento, entrega de produtos inadequados ou quaisquer outras ocorrências imputáveis à contratada.





**10.8.** Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos produtos, inclusive despesas com embalagem, transporte, carga, descarga, frete, seguro, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas correlatas, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**10.9.** Comunicar à Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do conhecimento do fato, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, com a devida comprovação, para apreciação da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**10.10.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, fornecimentos ou documentos relacionados ao objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT.

**10.11.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Santo Antônio do Leste – MT, sobre os produtos fornecidos, a execução do objeto, eventuais ocorrências e quaisquer atos ou fatos que a envolvam, independentemente de solicitação formal prévia.

**10.12.** Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível, sem rasuras e em conformidade com os produtos efetivamente entregues, contendo todas as informações exigidas pela legislação aplicável e pela Administração.

**10.13.** Apresentar, para fins de pagamento e sempre que solicitado, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e social, especialmente:

- Certidão de regularidade perante a Receita Federal;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certificado de Regularidade do FGTS.

**10.14.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, atendendo a todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no edital e na proposta apresentada, bem como pelas determinações da fiscalização da Administração.

**10.15.** Entregar os produtos com observância rigorosa das condições de acondicionamento, conservação e transporte adequadas à natureza de cada item, especialmente no caso de produtos perecíveis, refrigerados, congelados e de origem animal, garantindo que cheguem em condições próprias para consumo e uso pela Administração.



**10.16.** Substituir, às suas expensas, os produtos recusados pela Administração em razão de desconformidade com as especificações, vícios, avarias, validade insuficiente, deterioração, contaminação, embalagem inadequada ou qualquer outra irregularidade, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

**10.17.** Manter, durante toda a vigência da contratação e da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

**10.18.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração, quando cabível.

**10.19.** Observar integralmente a legislação sanitária, comercial, ambiental, trabalhista, tributária e demais normas aplicáveis ao objeto contratado.

**10.20.** Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos até os locais indicados pela Administração, garantindo que o fornecimento ocorra de forma regular, segura e eficiente, conforme as necessidades das Secretarias Municipais

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. Para fins de cumprimento do Art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa servidor(a), como gestor de contrato.

11.2. Para fins de cumprimento do Art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designará servidor (a) para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.

11.3. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados no termo de referência.

11.4. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. No caso de a licitante ou a contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, também as sanções previstas na Instrução Normativa SCL nº 009/2021, garantido o direito à ampla defesa.



12.2. A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e neste Edital.

12.3. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do Art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

13.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do Art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

A) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

B) extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

C) fiscalizar sua execução;

D) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

E) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

I - Risco à prestação de serviços essenciais;

II - Necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

13.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

13.3. Na hipótese prevista 13.2, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.** A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no Art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo Art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.



**14.5.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.6.** A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REVISAO DE PREÇOS**

16.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

16.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Contrato, no horário de expediente.

16.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pelo Gestor de Contrato.

16.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), acompanhada de nota fiscal anterior e posterior a contratação, considerando os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

16.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor do contrato, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

## **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - PUBLICAÇÃO.**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**



18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do Art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

18.2. E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Santo Antônio do Leste/MT, **XX** de **XXXX** de 2026.

---

**MIGUEL JOSE BRUNETTA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADO(A)**